

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

**Laerte Apolinário Júnior**

**Orientação: Profa. Dra. Cristiane de Andrade Lucena Carneiro**

**Formação de coalizões dentro das instituições financeiras internacionais: o  
caso do Brasil no FMI e Banco Mundial**

**São Paulo  
2014**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS

**Laerte Apolinário Júnior**

**Formação de coalizões dentro das instituições financeiras internacionais: o caso do Brasil no FMI e Banco Mundial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais

Linha de pesquisa: Economia Política Internacional

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane de Andrade Lucena Carneiro

**Banca examinadora**

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane de Andrade Lucena Carneiro (IRI-USP)

Profa. Dra. Janina Onuki (IRI-USP)

Profa. Dra. Lorena Guadalupe Barberia (DCP-USP)

**(Versão Corrigida)**

**São Paulo**

**2014**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

APOLINÁRIO JÚNIOR, Laerte.

Formação de coalizões dentro das instituições financeiras internacionais: o caso do Brasil no FMI e Banco Mundial

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane de Andrade Lucena Carneiro (IRI-USP)

69 páginas

Instituições internacionais, Governança Global, Coalizões, FMI, Banco Mundial

## **Agradecimentos**

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Laerte Apolinário e Sandra Maria Marchezi Apolinário, por sempre terem me incentivado a estudar e a buscar novos desafios. Sem esse incentivo contínuo, este trabalho não teria sido realizado. Agradecimentos especiais também à minha namorada, amiga e companheira, Nathália Scalanti Mateos Valverde, que me acompanha desde meus tempos de graduação e que sempre esteve ao meu lado nos bons e maus momentos.

Agradeço à minha família de modo geral, em especial, meu irmão, Vinicius Marchezi Apolinário; minhas avós, Filomena Lucas Apolinário e Maria Caloni; meus avôs, Antônio Apolinário e Júlio Marchezi; meus tios, Oslair Pereira, Sérgio Hadachi, Ricardo Melani; minhas tias, Simone Marchezi, Sônia Marchezi e Raquel Apolinário. Meus primos e primas, Alef Marchezi Pereira, Felipe Melani, Henrique Hadachi, Thiago Izumi e Mariana Hadachi. E à todos os demais membros da minha família que não foram citados.

Agradeço também aos meus amigos da época do Objetivo de Adamantina, especialmente, o grande Pedro Augusto. Gostaria de registrar meu agradecimento aos meus amigos da época da graduação na UNESP, que se fosse listar todos não caberia nessa sessão. Mas agradeço especialmente aos meus colegas de república, “Zé Porcão”, e das demais repúblicas que considerei como lares durante minha estadia em Franca, em especial, a república “Troco” e “Frango com Cachaça”. Agradeço especialmente ao meu grande amigo desde os tempos de graduação, André Ramalho Gomes e aos grandes amigos que também partiram de Franca rumo à São Paulo, Daniel Malheiros Frare e Vinicius Boff Ciampi. À toda a turma do bar do Ghassan, que fez minha vida na metrópole muito mais fácil e prazerosa, em especial, Marcelo Macedo Degan Filho, Vinicius Murari, Diego Covales Bernardinelli, André Dadamos e todos os demais membros da “ganguê”.

Agradeço também à todos os colegas do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – IRI/USP que tornaram as aulas muito mais legais e aos meus colegas de POLMET, GEP e CAENI pelas valiosas discussões, troca de ideias e pelo apoio de todos durante minha formação acadêmica.

Gostaria de agradecer especialmente à minha orientadora, Profa. Dra. Cristiane de Andrade Lucena Carneiro, por ter me aceitado como orientando em meu ingresso no IRI/USP e por ter me acompanhado durante minha trajetória na pós graduação. Agradeço também aos estimados professores: Profa. Dra. Janina Onuki, Profa. Lorena Barberia e Prof. Dr, Feliciano Sá Guimarães, os quais me honraram com suas presenças em minha bancas de qualificação e defesa. Agradeço pelas valiosas críticas e recomendações, sem as quais, este trabalho não estaria finalizado.

Registro minha gratidão aos docentes do IRI/USP, em especial aos professores: Prof. Dr. Amâncio Jorge Nunes de Oliveira, Prof. Dra. Adriana Schor, Profa. Dra. Maria Antonieta del Tedesco Lins, Prof. Dr. Pedro Bohomoletz de Abreu Dalari, Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro, Profa. Dra. Deisy de Freitas Lima Ventura e Profa. Dra. Maria Hermínia Tavares de Almeida.

Gostaria de agradecer também à todos os meus professores da UNESP, especialmente os professores: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias, Prof. Dr. Hector Luís Saint Pierre e Prof. Dr. Marcelo Mariano. Agradeço também à todos os funcionários da UNESP de Franca e do IRI-USP que sempre me auxiliaram em minha jornada acadêmica, em especial, às funcionárias do IRI: Berbel, Giselle e Beth.

## SUMÁRIO

|                    |   |
|--------------------|---|
| APRESENTAÇÃO ..... | 8 |
|--------------------|---|

### ARTIGO I

#### A GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: O CASO DO FMI E BANCO MUNDIAL

|  |    |
|--|----|
| RESUMO .....   | 10 |
| ABSTRACT .....   | 10 |
| INTRODUÇÃO .....   | 10 |
| 1. FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL: ORIGENS E ESTRUTURA<br>INSTITUCIONAL ..... | 12 |
| 2. BANCO MUNDIAL: ORIGENS E ESTRUTURA INSTITUCIONAL .....                    | 17 |
| 3. MARCO TEÓRICO .....   | 21 |
| 4. A GOVERNANÇA DO FMI E BANCO MUNDIAL .....                                 | 26 |
| CONCLUSÃO .....  | 28 |
| REFERÊNCIAS .....  | 29 |

### ARTIGO II

#### FORMAÇÃO DE COALIZÕES DENTRO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: O CASO DO BRASIL NO FMI E BANCO MUNDIAL

|  |    |
|--|----|
| RESUMO .....   | 34 |
| ABSTRACT .....   | 34 |
| INTRODUÇÃO .....   | 35 |
| 1. A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO FUNDO MONETÁRIO<br>INTERNACIONAL ..... | 38 |

|  |           |
|--|-----------|
| <b>2. A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO BANCO MUNDIAL .....</b> | <b>40</b> |
| <b>3. AJUDA EXTERNA NO SISTEMA INTERNACIONAL .....</b>     | <b>42</b> |
| <b>4. A AJUDA EXTERNA BRASILEIRA .....</b>                 | <b>43</b> |
| <b>5. DADOS, MÉTODOS E DESENHO DE PESQUISA .....</b>       | <b>46</b> |
| <b>6. ANÁLISE EMPÍRICA .....</b>                           | <b>50</b> |
| <b>CONCLUSÃO .....</b>                                     | <b>57</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                   | <b>58</b> |
| <b>APÊNDICE A .....</b>                                    | <b>61</b> |
| <b>APÊNDICE B .....</b>                                    | <b>63</b> |
| <b>APÊNDICE C .....</b>                                    | <b>64</b> |
| <b>APÊNDICE D .....</b>                                    | <b>64</b> |
| <b>APÊNDICE E .....</b>                                    | <b>66</b> |

## APRESENTAÇÃO

Essa dissertação insere-se na linha de pesquisa de “Economia Política Internacional”, indicada pelo Programa de Pós-Graduação, do curso de Relações Internacionais, da Universidade de São Paulo que congrega investimentos acadêmicos da Economia Internacional, do Direito Internacional, da Ciência Política e da História. Esta linha inclui estudos sobre temas de interface entre processos políticos e econômicos internacionais, tais como o papel das organizações internacionais no multilateralismo contemporâneo, as relações entre regulação doméstica e acordos internacionais, economia política da integração regional, economia política das relações internacionais, atores políticos e processos internacionais e comércio internacional e finanças internacionais.

Intitulada “Formação de coalizões dentro das instituições financeiras internacionais: o caso do Brasil no FMI e Banco Mundial”, essa pesquisa divide-se em dois artigos científicos independentes que se complementam entre si. O primeiro artigo, denominado “A governança das instituições financeiras internacionais: o caso do FMI e Banco Mundial”, traz uma análise descritiva das estruturas de governança dessas instituições assim como um modelo teórico para a análise do funcionamento dessas organizações.

O segundo artigo, “Formação de coalizões dentro das instituições financeiras internacionais: o caso do Brasil no FMI e Banco Mundial”, traz uma análise da atuação brasileira nessas organizações. Especificamente, esse trabalho busca analisar a relação entre o apoio político prestado por determinados países ao Brasil nas instancias de governança dessas instituições e o recebimento de ajuda externa brasileira.

As duas partes da dissertação moldam seu objetivo principal, qual seja, analisar a relação entre fatores políticos e econômicos na governança das instituições financeiras internacionais. Enquanto a primeira parte traz uma análise de como as estruturas institucionais moldam o processo decisório dentro dessas organizações, a segunda parte traz uma análise empírica dos processos políticos que ocorrem no interior dessas instituições na representação e atuação de seus membros. Assim, é analisado o processo de formação de coalizões dentro do Fundo Monetário Internacional e do Banco



Mundial, evidenciando os motivos que levam os países a formarem blocos dentro dessas instituições. A pesquisa foca no papel do apoio político nessas instituições como determinante para o recebimento de ajuda internacional, tomando como escopo de análise o caso brasileiro.

## ARTIGO I

### A GOVERNANÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: O CASO DO FMI E BANCO MUNDIAL

#### Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as estruturas de governança do sistema financeiro internacional, tomando como escopo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Assim, este estudo buscará elucidar a lógica de funcionamento dessas instituições por meio de uma análise descritiva de suas estruturas de poder. Para tanto, primeiramente será realizado uma análise das origens, evolução histórica e da estrutura institucional dessas organizações. Em seguida, será realizada uma revisão da literatura sobre organizações internacionais no intuito de destacar qual seria a teoria mais apropriada para a análise do objeto em questão. Por fim, serão apresentadas as conclusões do estudo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituições Internacionais, Governança Global, FMI, Banco Mundial, Teorias de Relações Internacionais

#### Abstract

This research analyses the governance structures of the international financial system, focusing on the International Monetary Fund and World Bank. Therefore, this study elucidates the logic of functioning of these institutions through a descriptive analysis of its power structures. First, we examine the origins, evolution and the institutional structure of these institutions. Then, a literature review of international institutions is performed in order to highlight what would be the most appropriate theory to analyze the object in question. Finally, we present the conclusions of the study.

**KEYWORDS:** International Institutions, Global Governance, IMF, World Bank, Theories of International Relations

#### Introdução

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial foram criados como parte de uma estratégia dos vitoriosos da 2ª Guerra Mundial de reconstrução do sistema financeiro internacional. O FMI foi concebido inicialmente para garantir a estabilidade cambial entre seus membros e incentivar a eliminação de restrições cambiais que pudessem obstruir o comércio internacional. O Banco Mundial<sup>1</sup> foi criado com o intuito de financiar o desenvolvimento econômico dos países membros; na época, a reconstrução dos países europeus. Ao longo dos anos, ambas as instituições passaram por inúmeras transformações, de modo que voltaram suas atenções dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Nota-se que ao longo da história, essas instituições, em especial o FMI, foram objeto de críticas por representarem apenas os interesses das grandes potências e por serem pouco transparentes na prestação de contas, de forma que a legitimidade dessas organizações foi frequentemente colocada em questão.

Nos últimos anos, vários autores voltaram sua atenção para o funcionamento das organizações internacionais e como suas estruturas de representação afetam sua efetividade e seu relacionamento com seus Estados-membros. Nota-se que o papel central do FMI na condução de crises financeiras das últimas décadas renovou o interesse dos pesquisadores pela governança interna dessa instituição. Esses esforços lançaram luz sobre os processos políticos e atores-chave dentro do FMI. Alguns autores analisaram o papel da política externa e interna dos Estados Unidos e sua influência na condução do bloco (Thacker, 1999; Stone, 2002; Vreeland, 2005 e Broz e Hawes, 2006). Outros analisaram o papel dos credores privados na instituição (Gould, 2003). Alguns focaram na questão da delegação de poder por parte dos estados para a organização (Hawkins *et al*, 2006 e Woods, 2006). Outros pesquisadores, em um viés mais construtivista, examinaram o papel dos hábitos institucionais na modelagem do trabalho dentro da instituição (Barnett e Finnemore, 2004 e Finnemore, 2005).

Nota-se que a intensificação da globalização e a expansão da agenda das organizações internacionais nas últimas décadas, em especial das instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial; renovou o interesse dos pesquisadores sobre a questão da representatividade dentro dessas organizações e da governança global de modo geral. Assim, esta pesquisa se insere no contexto do debate da governança econômica global, definida nas palavras de Cho (2011) como: “a

---

<sup>1</sup> Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) na época.

combinação de organizações internacionais fundamentadas em tratados ou acordos, regras, normas, práticas e processos decisórios que têm gerado regras e diretrizes para a gestão da economia mundial.”

Mais especificamente, o objetivo desta pesquisa consiste em analisar as estruturas de governança dentro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Buscando identificar as principais estruturas de poder dentro dessas organizações assim como a teoria mais apropriada para a análise do objeto em questão. Para tanto, esse artigo foi dividido em quatro partes. Primeiramente, será realizada uma análise descritiva da estrutura organizacional do FMI com o intuito de elucidar o funcionamento interno dessa instituição. A segunda parte traz uma análise das origens e da estrutura institucional do Banco Mundial. Na terceira parte foi realizada uma revisão da literatura sobre organizações internacionais no intuito justificar a escolha do marco teórico. A quarta sessão traz uma análise da governança dessas instituições sob a ótica da teoria escolhida. Por fim, a última parte traz as conclusões do trabalho.

## **1. Fundo Monetário Internacional: origens e estrutura institucional**

O Fundo Monetário Internacional foi criado no período final da 2ª Guerra Mundial, no dia 22 de Julho de 1944, por 45 países que assinaram os “Acordos de Bretton Woods”, sendo estabelecido em 27 de dezembro de 1945, após 29 países terem ratificado os artigos dos Estatutos do FMI. A razão pela a qual o FMI foi fundado tem pouca relação com os programas econômicos aplicados nos países em desenvolvimento pelos quais o FMI ganhou fama. Originalmente, o FMI surgiu como uma organização para monitorar e auxiliar na manutenção de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, adotadas pelos países da Europa Ocidental e os Estados Unidos. Ou seja, a ideia original era impedir que, no período do pós-guerra, os países cedessem à tentação de lançar mão de medidas protecionistas. Assim, o FMI garantiria a estabilidade cambial entre seus membros e incentivaria a eliminação de restrições cambiais que pudessem obstruir o comércio internacional.

No entanto, com o colapso do sistema monetário internacional de Bretton Woods, a *raison d'être* original do FMI se foi com o regime. Durante os anos 60, o FMI voltou sua atenção das nações industrializadas para os países em desenvolvimento em

busca de um novo propósito para sua existência. Grosso modo, o FMI ficou encarregado de duas funções: 1) monitorar as economias de seus membros – especialmente suas taxas de câmbio e seus balanços de pagamentos; e 2) atuar como emprestador internacional. (Vreeland, 2003).

A partir dos anos 80 e 90, a instituição voltou seus esforços para a liberalização dos controles de capitais e para as reformas estruturais liberalizantes dos países em desenvolvimento. Neste período, o FMI passou a exigir que os países receptores de empréstimos adotassem uma série de condições inseridas nas LOI's (*letter of intent*) dos empréstimos - as chamadas “condicionalidades”. Essa assistência financeira possui dois componentes – o financiamento e a “condicionalidade” – que se encarregam dos aspectos fundamentais dos problemas macroeconômicos. O acesso dos países à assistência financeira é condicionado à adoção de objetivos de política macroeconômica negociados entre o país receptor e o quadro técnico da instituição. Essas condicionalidades geralmente tomam a forma de critérios de desempenho, como inflação, gastos públicos, entre outros indicadores; e *policies benchmark*, que dizem respeito a reformas fiscais e privatizações (Guimarães, 2010).

Recentemente o cenário econômico internacional passou por transformações que deixaram o Fundo em uma encruzilhada uma vez que o FMI possui um leque cada vez menor de países com empréstimos pendentes sobre os quais ainda exerce forte influência, ao mesmo tempo em que tem aumentado o número de economias com peso relativamente importantes na economia mundial que precisariam ser supervisionadas, como as economias de diversos países europeus (Kaya, 2011).

A estrutura institucional do FMI é praticamente a mesma desde sua criação, consistindo basicamente na Assembleia de Governadores, Diretório Executivo, *Staff* e na figura do Diretor-geral. A Assembleia dos Governadores é composta por um governador e um suplente de cada país-membro. É, na teoria, a instância máxima de poder dentro da organização, mas na prática, delega a maioria de suas funções para o Diretório Executivo, à exceção daqueles que lhe forem diretamente concedidos pelos *Articles of Agreement*. É responsável também pela escolha dos Diretores Executivos e se reúne normalmente uma vez por ano durante as *Annual Meetings* do FMI e Banco Mundial<sup>2</sup>.

---

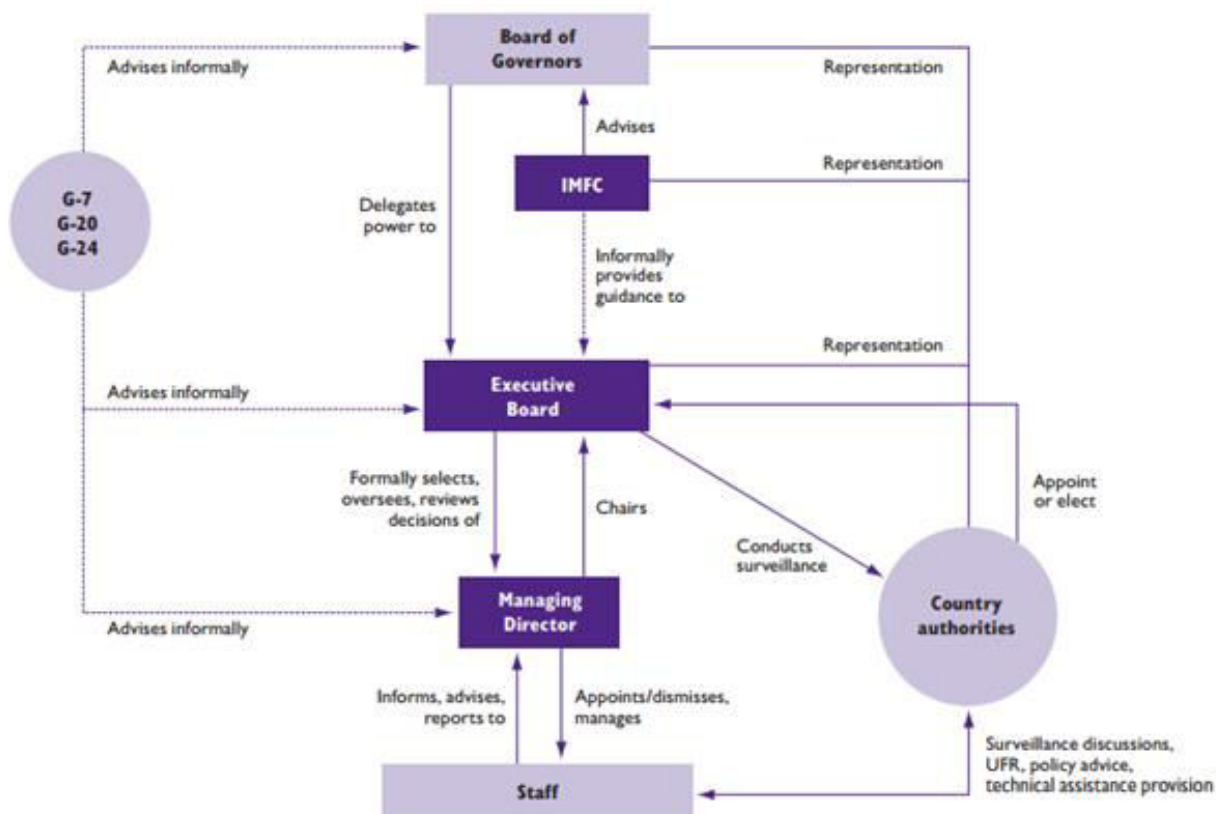
<sup>2</sup> Fonte: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em agosto de 2013.

A Assembleia, de acordo com o artigo 12 da sessão 2 (j) dos *Articles of Agreement*, possui também o poder de criar comitês consultivos, sendo que atualmente há quatro desses comitês: IMFC (*International Monetary and Financial Committee*), DC (*Development Committee*), JCR (*Joint Committee on Remuneration of Executive Directors*) e o JPC (*Joint Procedures Committee*). Dentre esses comitês, merece destaque o papel do IMFC como estrutura intermediária entre a Assembleia dos Governadores e o Diretório Executivo. O IMFC, criado em 1999 para substituir o antigo *Interim Committee*, serve para auxiliar a Assembleia dos Governadores em suas deliberações e é composto por 24 dos 185 governadores do Fundo, sua composição corresponde às 24 cadeiras de diretores do Diretório Executivo. (Van Houtven, 2002 e Mountford, 2008).

O Diretor-geral preside as reuniões do Diretório Executivo tendo a função de administrar as operações correntes do FMI. O mesmo não possui direito a voto e é responsável, sob o controle geral do Diretório Executivo, pela organização dos serviços, assim como pela nomeação e demissão dos funcionários do Fundo. O *Staff* é formado por especialistas, geralmente economistas, responsáveis por assessorar o Fundo em questões técnicas. É frequentemente apontado como um dos órgãos mais influentes do Fundo, na medida em que é formado majoritariamente por economistas ortodoxos, responsáveis pela formulação das políticas que seguem para a aprovação do Diretório Executivo (Barnett e Finnemore, 2004; Chwieroth, 2013). Já o Diretório Executivo é, na prática, o órgão mais importante da instituição, composto por vinte e quatro membros, sendo responsável por gerir as operações gerais do Fundo e eleger o Diretor-geral além de exercer todos os poderes delegados pela Assembleia dos Governadores.

Vale destacar também o papel dos fóruns informais na governança do FMI como o G-7, o G-20 e o G-24. O G-7. Esses fóruns são caracterizados por reuniões ocorridas regularmente entre chefes de Estado e/ou ministros da economia, com o intuito de debaterem questões acerca da governança econômica global, de modo a proporem recomendações acerca da condução do sistema financeiro internacional. A figura abaixo ilustra o esquema de governança da organização:

### **Figura 1. A estrutura institucional do FMI**



Fonte: IMF 2008 IEO - Governance of the IMF - an evaluation, p. 3.

No FMI, o poder de voto de cada país-membro é determinado pela sua quota de participação, em que cada membro possui 250 votos básicos mais um voto para cada 100.000 DES<sup>3</sup>. Esse sistema de quotas também define a contribuição dos países ao Fundo, a disponibilidade de recursos e a distribuição de DES entre os membros. O processo decisório no FMI ocorre com base no poder de voto relativo de seus membros, de forma que as decisões ordinárias requerem uma maioria simples para serem aprovadas, enquanto que algumas decisões necessitam de maiorias especiais especificadas pelos *Articles of Agreement*. Desde que a segunda emenda aos *Articles of Agreement*, adotada em 1977, foram acordados dois níveis de maiorias qualificadas para as votações – 70% e 85%<sup>4</sup> - em cada caso como porcentagem do total de votos dentro da instituição<sup>5</sup> (Van Houtven, 2002 e Mountford, 2008).

<sup>3</sup> Os Direitos Especial de Saque (DES) são ativos internacionais de reserva criados pelo FMI, sendo atribuídos aos países-membros na proporção das respectivas quotas nesse organismo internacional.

<sup>4</sup> Maioria necessária para a aprovação de reformas no sistema de quotas da instituição.

<sup>5</sup> Uma abstenção possui o mesmo efeito de um voto negativo.

Os Estados Unidos são o único país com poder de votos suficientes para vetar decisões importantes dentro do FMI<sup>6</sup>. No entanto, Van Houtven (2002) aponta que as decisões são tomadas por consenso como uma forma de minimizar confrontos, embora por vezes votações formais possam ser realizadas. Em meio às narrativas, o diretor executivo dos EUA utiliza uma estratégia chamada de “*sense of the meeting*”, que seria uma tentativa dos EUA de exercerem seu poder para convencer os demais diretores de a vontade estadunidense prevalecerá no final. O Diretor-geral pode requerer votações simbólicas ao longo das discussões para observar onde se encontra a maioria necessária para a aprovação de determinada política. Embora a votação nominal raramente ocorra, tais votações podem ser utilizadas para identificar a posição da maioria e impô-la sobre eventuais minorias para que haja consenso.

Das vinte e quatro cadeiras do Diretório Executivo, apenas cinco são ocupadas por países que possuem votos suficientes para indicar seus representantes de forma direta: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Reino Unido. Embora, recentemente, Rússia, China e Arábia Saudita também tenham indicado seus representantes sem o auxílio de outros países em virtude do aumento em suas quotas de participação. Os demais países ocupam as dezesseis cadeiras restantes por meio de *constituencies* formadas por vários países, mas liderados por algum em especial. Assim, esses países formam alianças com o intuito de elegerem um representante para atuar em nome dos países que compõem seu bloco. Essas eleições ocorrem a cada dois anos e embora não haja regras formais para a formação dessas coalizões, há normas claras acerca do processo pelo qual essas eleições ocorrem. Vale destacar que, embora os diretores indicados possam exercer o cargo pelo tempo que seus países determinarem, os diretores eleitos prestam seus serviços por dois anos com direito à reeleição<sup>7</sup>.

Woods e Lombardi (2006) identificaram três padrões de governança que refletem as relações de poder dentro dessas *constituencies*. Alguns grupos são fortemente dominados por apenas um país, que detém a cadeira de diretor executivo e conseqüentemente comanda as decisões do bloco. Um segundo grupo de *constituencies* tende a ser liderado por um pequeno número de países que alternam o cargo de diretor executivo entre si. E um terceiro grupo, mais igualitário, composto por países com capacidades econômicas similares.

---

<sup>6</sup> Atualmente possui 16,75% do total de votos dentro da organização, podendo assim vetar reformas no sistema de quotas dentro da organização.

<sup>7</sup> Fonte: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em agosto de 2013.



Nota-se que alguns blocos são formados regionalmente, como os dois blocos compostos por países africanos<sup>8</sup>, que alternam o cargo de diretor executivo e suplente entre si. Outros são formados por países que possuem laços culturais e históricos entre si, como os blocos liderados por Espanha e Canadá<sup>9</sup>, que embora mais diversificado geograficamente, também é composto por países que possuem um legado colonial em comum. No entanto, outros blocos possuem composições menos óbvias, como por exemplo, o bloco da Itália<sup>10</sup>, o bloco da Áustria<sup>11</sup>, o da Suíça<sup>12</sup> e o bloco brasileiro que, a exemplo do suíço, é formado por países que possuem laços pouco evidentes entre si, como Cabo Verde, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Timor Leste e Trinidad e Tobago<sup>13</sup>.

## **2. Banco Mundial: origens e estrutura institucional**

O Banco Mundial tem suas origens na criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) no contexto de negociação dos “Acordos de Bretton Woods” no período final da 2ª Guerra Mundial. Enquanto o FMI serviria para promover empréstimos de curto prazo para que os países pudessem sanar eventuais problemas em suas balanças de pagamentos e, assim, manter o novo padrão cambial adotado. O BIRD foi criado com o intuito de fornecer empréstimos de longo prazo no intuito de financiar o desenvolvimento econômico dos países membros. Começa a funcionar em 25 de junho de 1946 e suas primeiras ações tinham como objetivo a reconstrução dos países da Europa ocidental arrasados pela guerra. No entanto, com a criação do Plano Marshall, aos poucos esse objetivo foi sendo deixado de lado pela

---

<sup>8</sup> Um bloco é composto atualmente por Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Etiópia, Gambia, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. O outro é formado por Benin, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, Chade, Cômoros, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Gabão, Guiné, Mali, Mauritânia, Mauritius, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.

<sup>9</sup> Atualmente formado por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, St. Kitts e Neve, St. Lucia, São Vicente e Granada.

<sup>10</sup> Embora possua votos suficientes para atuar de forma isolada, atua de forma conjunta com seus vizinhos do sul da Europa, como Grécia, Malta, Portugal, São Marino e Albânia.

<sup>11</sup> Composto por países como Turquia, Bielorrússia, República Tcheca, Hungria, Kosovo, Eslováquia e Eslovênia.

<sup>12</sup> Formado por países sem aparentemente nenhum vínculo histórico ou cultural entre si como Azerbaijão, Cazaquistão, Quirquístão, Polónia, Sérvia, Tadjiquistão e Turcomenistão.

<sup>13</sup> Fonte: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em agosto de 2013.

organização. Ao longo da história, a instituição passou por profundas mudanças, tanto em sua estrutura organizacional como em relação aos seus objetivos.

Do final dos anos 40 até meados da década de 60 a organização era pequena, centralizada nas mãos do presidente e possuía poucos recursos. Durante os anos 70, sob a presidência de Robert McNamara (1967-1981), a instituição passa por grandes transformações, ocorrendo uma expansão substancial do *staff* e do orçamento da organização. Nesse período, McNamara iniciou a capitalização da organização no mercado financeiro por meio da emissão de *bonds* e expandiu o departamento de pesquisa da instituição, hoje conhecido como *Development Economics Department (DEC)*. Criou também o *Operations Evaluation Department*, hoje chamado de *Independent Evaluation Group*, órgão responsável por fiscalizar das atividades do Banco e propor soluções. Porém uma das transformações mais relevantes promovidas por McNamara diz respeito à mudança de foco da instituição. De uma organização centrada em projetos pontuais de desenvolvimento físico, a instituição passou a focar seus esforços na redução de pobreza (*poverty alleviation*) nos países em desenvolvimento em suas mais diversas manifestações (Guimarães, 2010).

Atualmente, o Banco Mundial não é mais uma única instituição internacional. Com o passar do tempo, a organização se dividiu em cinco instituições internas: IBRD, IDA, IFC, MIGA e ICSID. O IBRD (*International Bank for Reconstruction and Development*), inicialmente voltado à realização de empréstimos no continente europeu, atualmente financia projetos de desenvolvimento em países de renda per capita média e é a maior instituição do Banco Mundial em termos financeiros. A IDA (*International Development Association*), segunda instituição em volume de recursos, foi criada em 1960 com o intuito de financiar projetos nos 79 países mais pobres do planeta. O IFC (*International Finance Corporation*), terceira instituição em recursos, surgiu em 1956 para ampliar e fortalecer a iniciativa privada e os investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento. A quarta instituição e a mais nova é a MIGA (*Multilateral Investment Guarantee Agency*). Foi criada em 1988 com objetivo similar ao do IFC, de facilitar o fluxo de investimentos estrangeiros diretos aos países em desenvolvimento, porém com a responsabilidade de ser garantidora dos recursos. Por fim, o ICSID (*International Centre for Settlement of Investment Disputes*), surgiu em 1966, servindo

como uma agência internacional de arbitragem para Estados e investimentos estrangeiros<sup>14</sup>.

Ao longo da história, a instituição foi objeto de muitas críticas. Principalmente por parte de organizações não-governamentais que apontavam para a falta de efetividade das ações do Banco e da falta de inclusão de elementos da sociedade civil organizada no processo decisório. Tais críticas abriram caminho para reformas na instituição de modo a incorporar elementos da sociedade civil na estrutura de poder da organização assim como uma diversificação profissionais (ambientalistas e sociólogos) em seus quadros. Esses profissionais trouxeram as ONGs para dentro do processo decisório dos projetos. As ONGs locais passaram a fazer parte das decisões sobre como e quando executar os projetos e as ONGs internacionais começaram a discutir o futuro da organização com a burocracia, de modo que os custos políticos do controle aumentaram para os Estados (Guimarães, 2010).

Em relação à sua governança, as cinco instituições do Banco Mundial possuem uma estrutura de poder similar ao FMI, consistindo basicamente na Assembleia de Governadores, Diretório Executivo, na figura do Presidente e demais membros do *Senior Management*, e nas unidades organizacionais de gerenciamento. A Assembleia dos Governadores é composta por 188 países membros, em que cada membro indica um governador e um suplente por um período de cinco anos podendo ser indicados novamente. É, na teoria, a instância máxima de poder dentro da organização, mas na prática, delega a maioria de suas funções para o Diretório Executivo, à exceção daqueles que lhe forem diretamente concedidos pelos *Articles of Agreement*<sup>15</sup>. O *Senior Management* é composto por burocratas de alta hierarquia indicados pelos países e/ou por burocratas de carreira, tendo como responsabilidade a condução técnica das organizações. O Presidente é responsável por gerir o Banco de modo geral e presidir as reuniões do Diretório Executivo. É eleito pelos diretores executivos para um mandato de cinco anos com direito à reeleição<sup>16</sup>.

O Diretório Executivo é, na prática, o órgão mais importante da organização sendo composto atualmente por 25 diretores executivos, mais a figura do presidente do

---

<sup>14</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

<sup>15</sup> O direito de admitir ou suspender membros, aumentar ou diminuir os volumes de capital da instituição, aumentar o número de diretores executivos entre outras funções.

<sup>16</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

Banco Mundial, que são responsáveis por gerir as operações gerais do Banco além de exercer todos os poderes delegados pela Assembleia dos Governadores sob os *Articles of Agreements* do Banco Mundial. À semelhança do FMI, os diretores executivos possuem uma função dual dentro da instituição, pois ao mesmo tempo que são funcionários pagos pelo Banco Mundial, representam seus países membros, defendendo seus interesses dentro da instituição. No entanto, diferentemente do que ocorre no FMI, a aliança entre o *Sênior Management*, burocracia e sociedade civil fragilizam o Diretório Executivo no processo de controle da organização. De modo que o Banco é comumente visto na literatura como menos suscetível à influência de seus países membros do que o FMI, devido à essa maior autonomia burocrática dentro da instituição (Guimarães, 2010).

O Banco Mundial, assim como o FMI, possui um sistema de votação baseado em um sistema de quotas proporcional à contribuição de seus membros. De modo que o processo decisório ocorre com base no poder de voto relativo de seus membros. Cada membro possui 250 votos mais um voto para cada parcela adquirida de ações da instituição<sup>17</sup>.

Das vinte e cinco cadeiras dos Diretórios Executivos, apenas cinco são ocupadas por países que possuem votos suficientes para indicar seus representantes de forma direta: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Reino Unido. Recentemente, Rússia, China e Arábia Saudita também têm indicado seus representantes sem o auxílio de outros países em virtude do aumento em suas quotas de participação. Como no FMI, os demais países ocupam as cadeiras restantes através de *constituencies* formadas por vários países, mas liderados por algum em especial. Assim, esses países formam alianças com o intuito de elegerem um representante para atuar em nome dos países que compõem seu bloco. Essas eleições ocorrem a cada dois anos e embora não haja regras formais para a formação dessas coalizões, há normas claras acerca do processo pelo qual essas eleições ocorrem. Vale destacar que, embora os diretores indicados possam exercer o cargo pelo tempo que seus países determinarem, os diretores eleitos prestam seus serviços por dois anos com direito à reeleição<sup>18</sup>.

Na prática, as composições desses blocos variam muito pouco em relação aos blocos formados dentro do Diretório Executivo do FMI e variam menos ainda dentre as próprias agências do Banco Mundial. No entanto, em relação ao Brasil especificamente,

---

<sup>17</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

<sup>18</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

nota-se que há algumas diferenças em relação à coalizão formado no FMI. No IBRD, IFC e MIGA, a coalizão liderada pelo Brasil é formada atualmente por Filipinas, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Suriname e Trinidad Tobago. No IDA, a coalizão é formada por estes mesmos países com exceção do Suriname<sup>19</sup>.

### 3. Marco teórico

O estudo das instituições internacionais adquiriu um papel de destaque no campo das relações internacionais ao longo das últimas décadas. Martin e Simmons (1998) destacam que os primeiros trabalhos realizados de forma sistemática sobre o tema, em um contexto de pós 2ª Guerra, apresentaram análises altamente práticas sobre o papel das OIs no sistema internacional, de modo que o foco da análise desses trabalhos era como essas novas instituições atendiam aos problemas que elas deveriam resolver. Poucos autores da época estavam otimistas em relação à efetividade dessas instituições, muito por conta da predominância da perspectiva realista no período, que via com ceticismo a capacidade dessas organizações em constrangerem a atuação dos Estados (Goodrich, 1947; Malin, 1947; Knorr, 1948; Fox, 1951; Kindleberger, 1951; Gorter, 1954; Hoffman, 1956 e Claude, 1963).

Uma nova leva de trabalhos publicados ao longo dos anos 50 passou a analisar, então, qual o impacto que essas instituições e seus conjuntos de normas poderiam exercer no comportamento dos Estados, notadamente, das grandes potências (Cohen, 1951; Niemeyer, 1952; e Johnson e Niemeyer, 1954). Martin e Simmons (1998) destacam que algumas dessas pesquisas apresentaram muitos *insights* que viriam fundamentar o institucionalismo “moderno” posteriormente. Porém, devido à falta de uma ferramenta teórica capaz de agregar todas essas observações e de uma organização sistemática desses estudos, muitos dos achados do período só foram redescobertos e desenvolvidos décadas depois. Apontam ainda que tal fato se torna mais evidente na análise da relação entre a política doméstica das potências e as instituições

---

<sup>19</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

internacionais, pois alguns estudos dessa época já destacavam o papel dos atores domésticos nesse processo (Matecki, 1956; Perkins, 1958 e Mowers, 1964).

Nota-se que esses primeiros estudos acerca das OIs foram muito menos ingênuos, legalistas e mais frutíferos do que se costuma creditar. Pois, essa literatura não se preocupou apenas em averiguar se as OIs importavam, mas quais os mecanismos que poderiam ser pensados para analisar esses efeitos. Transparência, legitimidade e pressões domésticas foram tópicos sugeridos nesses estudos, embora não tenha surgido um enquadramento teórico capaz de condensar esses achados. Assim, essa agenda de pesquisa acabou sendo preterida por uma agenda mais behaviorista, que ganhou força com a incorporação de ferramentas metodológicas importadas da ciência política norte-americana.

Essa nova agenda de pesquisa focou em analisar quem exercia o poder dentro dessas instituições e, principalmente, como esse poder era exercido. Por meio de ferramentas metodológicas que eram utilizadas para analisar o comportamento legislativo na política doméstica norte-americana, essa agenda se centrou na análise do comportamento de votos dos países dentro das instituições internacionais (Carter, 1950; Ball, 1951; March, 1955; Macrae, 1958; Riggs, 1958; Hovett, 1958; Hoffman, 1960; Rieselbach, 1960 e Alker e Russet, 1965). Essa mudança de agenda não ocorreu sem críticas; alguns autores (Emerson e Claude, 1952) chamaram a atenção para o fato de que as votações nos órgãos internacionais não possuíam as mesmas funções das votações ocorridas em parlamentos eleitos democraticamente; argumentaram que uma conferência internacional é mais uma arena de negociação do que uma arena legislativa, de modo que os votos tomados nessas organizações dificilmente possuiriam um caráter deliberativo, já que esses votos eram vistos mais como esforços propagandísticos. Nota-se que um dos fatores que influenciaram essa agenda foi a prioridade dada a formas de ciências sociais que fossem replicáveis e objetivas, de modo que houve uma priorização do método em detrimento da substância (Martin e Simmons, 1998).

Em resposta às críticas feitas pelos mais céticos em relação à centralidade da Assembleia Geral das Nações Unidas na política mundial, e pela influência de outros tópicos da ciência política norte-americana como o estudo das burocracias e de sistemas políticos, Robert Cox e Harold Jacobson, em seu estudo sobre agências especializadas dentro da ONU, defenderam que as organizações internacionais poderiam ser analisadas

de forma frutífera, contanto que fossem vistas como sistemas políticos distintos e, dessa forma, padrões de influência poderiam ser traçados. O trabalho de Cox e Jacobson (1973) encorajou os estudos no campo das OIs a considerarem modelos mais transgovernamentais em suas análises. Enquanto as pesquisas inspiradas pelos behavioristas assumiam tipicamente um modelo unificado de interesses estatais e atores, Cox e Jacobson focaram nas coalizões transgovernamentais envolvendo partes de governos e partes de OIs, de modo que seus achados ecoaram nas correntes teóricas que ganhariam força nos anos 70 (Martin e Simmons, 1998).

O início da década de 70 presenciou uma nova gama de desafios surgidos na sociedade internacional, o que deu origem a uma nova abordagem no estudo das OIs. A “abordagem neofuncionalista” de Ernst Haas para os processos de integração aliado a métodos trazidos da ciência política norte-americana, como as pesquisas de *survey*, reacenderam o interesse dos pesquisadores em analisar como as instituições internacionais moldariam o comportamento dos atores. No entanto, a falta de consenso com relação à influência das OIs sobre o comportamento dos Estados, os problemas metodológicos desses tipos de pesquisa (problemas em controlar viés de seleção) e a aparente estagnação dos processos de integração face aos problemas nascentes na sociedade internacional, fizeram com que esse programa de pesquisa acabasse perdendo força (Martin e Simmons, 1998).

Martin e Simmons (1998) destacam que os eventos ocorridos ao longo dos anos 70 deram origem a estudos que tiveram como foco os regimes internacionais, estes, definidos como regras, normas, princípios e procedimentos que gerariam expectativas em relação ao comportamento dos Estados (Hoole, 1977; Hopkins e Puchala, 1978). Essa mudança de foco fez com que as pesquisas sobre regimes internacionais se movessem em três direções: 1) alguns autores centraram suas análises no processo de criação e transformação desses regimes e nas consequências das normas e regras no comportamento dos Estados (Krasner, 1983); 2) um ramo dessas pesquisas, em consonância com as ideias construtivistas, voltou sua atenção à interpretação subjetiva dessas normas (Ruggie, 1972; Haas, 1983); 3) autores, em especial Robert Keohane, partindo dos pressupostos funcionalistas, defenderam que esses regimes proviam formas para os Estados superarem problemas de ação coletiva, reduzindo custos das transações e as assimetrias de informações.

De modo geral, as escolas de regimes dos anos 80 tiveram como ponto forte a capacidade de explicar a criação e a manutenção das instituições internacionais. Porém, suas falhas abriram espaço para críticas, em especial por parte dos realistas, na medida em que essas teorias não explicavam de forma satisfatória os efeitos das OIs sobre o comportamento dos Estados. Assim, alguns realistas, particularmente os neorealistas, levantaram objeções à agenda institucionalista de pesquisa. Joseph Grieco e John Mearsheimer argumentaram que a preocupação dos Estados com ganhos relativos na cooperação internacional poderia impedi-los de buscar uma cooperação mais profunda, em especial na área de segurança internacional e também destacaram que havia poucas evidências empíricas de que as instituições moldavam o comportamento dos Estados (Martin e Simmons, 1998).

Os estudos mais recentes sobre OIs, em especial a partir dos anos 90, buscaram superar o debate anterior com a utilização de abordagens sociológicas mais amplas que incorporaram a noção de governança global (Ruggie, 1993 e Young, 1994). Essas abordagens procuraram compreender como algumas normas dessas instituições seriam internalizadas pelos Estados, restringindo seus comportamentos. No entanto, vale destacar que essas teorias falharam em considerar como as burocracias geram interesses diferenciados que influenciam o processo de criação de normas e o processo de internalização pelos Estados. Nota-se que, nesse período, a ação estratégica da agência não era ainda um tema de pesquisa relevante. O tema da autonomia burocrática ou mesmo estudos centrados na capacidade de ação da agência não faziam parte da agenda de pesquisa em OIs até pouco tempo. Recentemente, alguns trabalhos ligados à agenda funcionalista dos anos 80 e 90 que utilizam a teoria agente-principal têm feito esse esforço (Pollack, 1997; Nielson e Tierney, 2003; Hawkins *et al*, 2006; Vaubel, 2006 e Elsig, 2009).

Os teóricos da delegação, utilizando modelos de agente-principal, buscaram compreender como o principal delega o poder para o agente, para que este aja em nome do primeiro (Lupia, 2001; Nielson e Tierney, 2003). A abordagem agente-principal não implica necessariamente nenhum pressuposto acerca das preferências dos atores, de modo que tal teoria seria compatível tanto com as abordagens que postulam que os atores agem de forma racional por interesses egoístas, quanto com as teorias que veem os atores como altruístas, limitadamente racionais. O que agregaria essas teorias sob a abordagem agente-principal seria o foco nas ações substantivas dos principais em



garantirem uma autoridade condicional e desenharem instituições de modo a se prevenirem de eventuais oportunismos por parte dos agentes (*agency loss*). Nesse sentido, as relações desenvolvidas entre o principal e o agente são sempre governadas através de um contrato, formal ou informal, limitado no tempo e espaço, cabendo ao principal o direito de revogá-lo (Hawkins *et al*, 2006).

Hawkins *et al* (2006) aponta seis motivos pelos quais essa delegação poderia ocorrer no cenário internacional: especialização do trabalho, o controle de externalidades políticas, facilitação do processo-decisório coletivo, resolução de disputas, ganho de credibilidade e criação de um viés político. Assim, o principal delega o poder ao agente especializado, para que ele faça aquilo que o principal não quer ou não pode fazer, de modo que quanto mais *expertise* a tarefa demandar, maior será a probabilidade de delegação. Os principais também se beneficiam da delegação quando há grandes externalidades políticas (Milner, 1997; Lake, 1999). Essas externalidades podem ocorrer sob duas condições, caracterizadas como dilemas de coordenação e de colaboração (Stein, 1990; Martín, 1992). O dilema de coordenação surge quando os atores querem evitar resultados que sejam ruins para ambas às partes<sup>20</sup>. A delegação de poder a uma terceira parte (agência coordenadora), pode ajudar a resolver esse problema. De maneira similar, os dilemas da cooperação também podem ser atenuados através da delegação. A ideia é que os atores criam mecanismos para garantirem um determinado resultado que beneficie a todos os envolvidos, em despeito de suas preferencias individuais<sup>21</sup>.

A ideia de facilitação das tomadas de decisões coletivas através da delegação fica evidente quando os atores possuem preferências individuais de modo que esse grupo de atores fica impossibilitado de acertarem uma decisão comum sobre determinada política. A delegação de autoridade para uma agência que será responsável pela formulação das agendas pode induzir a um equilíbrio entre as partes<sup>22</sup>. A delegação para a resolução de disputas ocorre quando os Estados delegam autoridade aos agentes de uma OI para que as disputas sejam resolvidas por uma terceira parte teoricamente neutra<sup>23</sup>. Os Estados também podem delegar autoridade para uma agência para maximizarem a credibilidade de seus comprometimentos políticos. Assim, o agente

---

<sup>20</sup> *i.e. chicken game.*

<sup>21</sup> *i.e. bens públicos.*

<sup>22</sup> *i.e. Comissão Europeia no contexto da União Europeia.*

<sup>23</sup> *i.e. resolução de disputas na OMC.*

poderia garantir o cumprimento de políticas de longo prazo, mesmo quando estas não sejam do interesse imediato do principal em determinado momento<sup>24</sup>. E por fim, os atores podem optar pela delegação no intuito de criarem um viés político, seria a ideia de *lock in*. A ideia é que toda ação política implicará em vencedores e perdedores. Os vencedores em determinado momento histórico, podem-se utilizar da delegação no intuito de insularem os beneficiários de determinada ação de mudanças no futuro<sup>25</sup> (Hawkins *et al*, 2006).

#### **4. A governança do FMI e Banco Mundial**

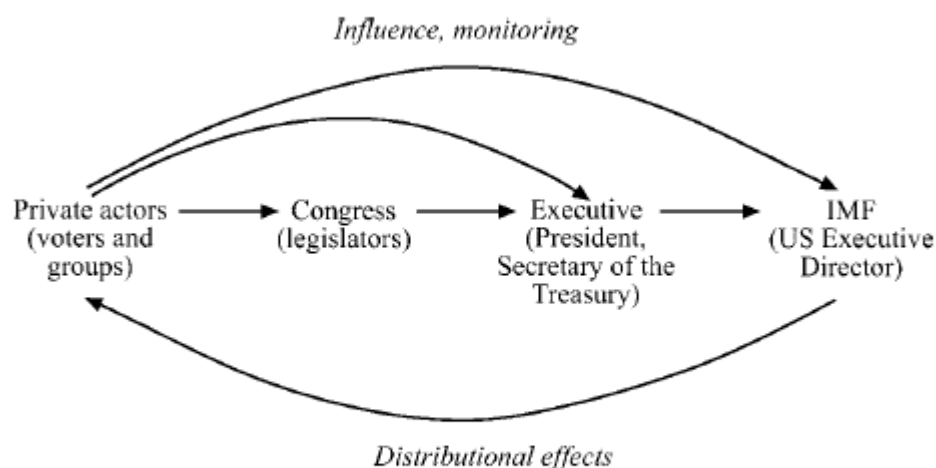
Analisando o FMI e o Banco Mundial, nota-se que a delegação poderia ocorrer por parte das grandes potências como uma forma de se criar uma aura de neutralidade nessas organizações e, conseqüentemente, garantir a legitimidade de suas políticas. Ao mesmo tempo em que essas potências garantiriam certo grau de autonomia ao quadro técnico, manteriam mecanismos para assegurar que esse quadro não atue de forma contrária aos seus interesses. O representante norte-americano no FMI, por exemplo, precisa ser aprovado pelo Congresso para assumir a cadeira de diretor executivo na instituição e ainda prestar contas regularmente aos setores domésticos de seu país. Broz e Hawes (2006), em seu estudo sobre o papel do Congresso norte-americano sobre as operações do Fundo, assinalam que pelo fato de os EUA possuírem mais de 15% de votos na instituição, o país estaria apto a vetar qualquer mudança significativa no Fundo que poderia vir a afetar os interesses norte-americanos. Por meio de uma análise quantitativa, utilizam a teoria agente-principal para analisar a influência de atores privados nas votações do Congresso relativas ao FMI. (HAWKINS *et al*, 2006).

---

<sup>24</sup> *i.e.* delegação de poder ao Banco Central Europeu.

<sup>25</sup> *i.e.* Corte Europeia de Direitos Humanos na prevenção de novos autoritarismos.

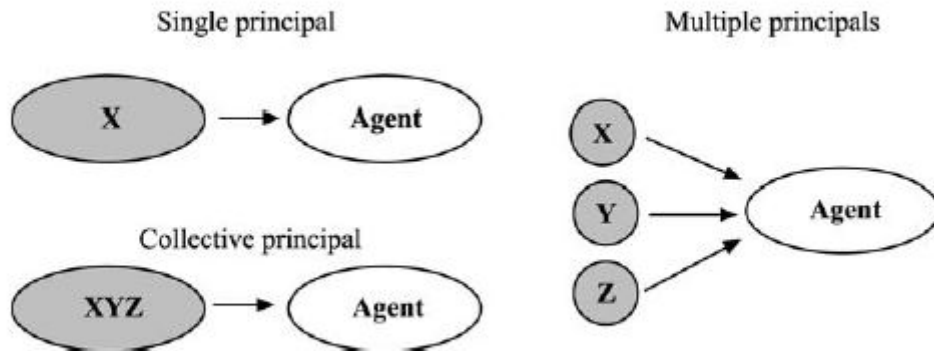
Figura 2.1. Cadeia de delegação



Fonte: Hawkins *et al* (2006). *Delegation and agency in international organizations*

Já os países que não possuem votos suficientes para indicar um diretor executivo elegem seus representantes por meio de *constituencies* formadas por vários países, mas liderados por algum em especial. O diretor executivo brasileiro por exemplo, ao contrário do norte-americano, não é indicado de forma direta, mas precisa ser eleito através dos votos de um grupo de países por um período de dois anos. De modo que não haveria apenas um principal nessa relação. Tal fenômeno recebe o nome na literatura de principais complexos. Hawkins *et al* (2006) apontam que a relação mais simples de agente-principal envolve apenas um principal e apenas um agente. Porém, quando mais de um principal delega autoridade para um agente, trata-se de um principal complexo. Esse fenômeno pode ocorrer de duas formas: quando um agente tem mais de um contrato com principais organizacionalmente distintos, trata-se de uma relação de delegação com múltiplos principais. E o segundo tipo ocorre quando o principal complexo é constituído por um principal coletivo, em que mais de um ator designa autoridade, através de um contrato comum, para apenas um agente.

Figura 2.2. Formas de delegação



Fonte: Hawkins *et al* (2006). *Delegation and agency in international organizations*

Nota-se que dentre as diferentes teorias formuladas para analisar o fenômeno das burocracias internacionais, a teoria agente-principal aparenta ser um dos modelos teóricos mais apropriados para analisar o objeto em questão. Em especial, na análise da representação dos países dentro dos Diretórios Executivos, instância aonde os diretores executivos exercem uma dupla função dentro dessas organizações. Pois ao mesmo tempo que representam os interesses de seus países, são pagos por essas organizações.

## Conclusão

Este trabalho buscou elucidar o funcionamento das duas principais instituições do sistema financeiro internacional: o FMI e o Banco Mundial. Para tanto, foi realizada uma síntese da origem e da evolução histórica dessas instituições, além de uma análise descritiva de suas estruturas de poder. Buscou-se averiguar também qual seria a teoria mais apropriada para o estudo dos processos internos de ambas as organizações. Para responder à essa questão, foi realizada uma revisão da literatura sobre instituições internacionais, destacando a evolução dessa área de estudo nas últimas décadas.

Dentre as diferentes abordagens teóricas utilizadas para analisar o fenômeno das burocracias internacionais, a teoria agente-principal aparentou ser um dos modelos teóricos mais apropriados para analisar os objetos em questão. Pois nota-se que esta

teoria explana de forma satisfatória o processo pelo qual os Estados delegam poder dentro dessas organizações. No entanto, vale salientar que a abordagem agente-principal não implica necessariamente nenhum pressuposto acerca das preferências dos atores, de modo que tal teoria seria compatível tanto com as abordagens que postulam que os atores agem de forma racional por interesses egoístas, quanto com as teorias que veem os atores como altruístas, limitadamente racionais. De modo que o que agregaria essas teorias sob a abordagem agente-principal seria o foco nas ações substantivas dos principais em garantirem uma autoridade condicional e desenharem instituições de modo a se prevenirem de eventuais oportunismos por parte dos agentes.

Este trabalho mostrou como os países delegam poderes nessas instituições para seus representantes, em especial, para os diretores executivos, que possuem uma função dual nessas organizações. Pois ao mesmo tempo que representam os interesses de seus países, são pagos por essas organizações. Por fim, Este artigo também destacou o conceito de principais complexos, que seria quando mais de um principal delega autoridade para um agente, no intuito de explicar o processo no qual vários países somam seus votos para escolha de um Diretor Executivo, que representará os interesses de toda a coalizão que o elegeu.

## **Referências**

ALLEGRET, J. P. e DULBECCO, P. **Why International Institutions Need Governance? The Case of IMF**. 21th Symposium on Banking and Monetary Economics, Nice - 10 and 11 June 2004

BARNETT, M. e FINNEMORE, M. **Rules of the World: international organizations in global politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BIRD, G. e ROWLANDS, D. **IMF quotas: Constructing an international organization using inferior building blocks**. Rev Int Org. 2006.

BROZ, J. L. e HAWES, M. B. US Domestic Politics and International Monetary Fund Policy, in: Darren Hawkins, David A. Lake, Daniel Nielson, and Michael J. Tierney (eds.), **Delegation and Agency in International Organizations**, Cambridge University Press: p. 77-106. 2006.

BUIRA, A. **A new voting structure for the IMF**. Group of twenty four. processed. 2002

BUIRA, A. **The governance of the IMF in a global economy**. Group of twenty four. processed. 2004.

BRYANT, R. C. **Reform of Quota and Voting Shares in the International Monetary Fund: "Nothing" Is Temporarily Preferable to an Inadequate "Something"**. 2008.

CHO, Y. J. **What do Asian Countries Want the Seat at the High Table for? G20 as a New Global Economic Governance Forum and the Role of Asia**. ADB Working Paper Series on Regional Economic Integration No. 73. Manila: Asian Development Bank, p. 1-29. 2011.

CHWIEROTH, J. **"The silent revolution:" How the staff exercises informal governance over IMF lending**. In International Organization, 2013

COX, R e JACOBSEN, H. **The anatomy of Influence: the decision making in International Organizations**. New Haven: Yale University Press, 1974.

EICHENGREEN, B. A Blueprint for IMF Reform: More than just a lender. **International Finance**. 2007 p. 153-175.

FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. In **International Organization**, 1996.

GILPIN, R. **A economia política das relações internacionais**. Trad. port. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GUIMARÃES, F. S. **A Autonomia Burocrática das Organizações Financeiras Internacionais: um estudo comparado entre FMI e Banco Mundial**, 2010.

HAWKINS, D. *et al.* Delegation under Anarchy: states, international organizations, and principal agent theory. In Hawkins *et al.* **Delegation and Agency in International Organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HAWKINS, D e JACOBY, W. How agents matter. In Hawkins *et al.* **Delegations and Agency in International Organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HELD, D. Reframing global governance: Apocalypse soon or reform! In D. Held and A. McGrew (eds.). **Globalization theory. Approaches and controversies**. Cambridge: Polity Press, pp. 240-60, 2005.

HELD, D. e MCGREW, A. **Governing Globalization**. Cambridge: Polity Press, 2002.

HURRELL, A. **Brazil and the New Global Order**. Article for *Current History*, January 2010, pp. 1-8, 2010

HURRELL, A. The Theory and Practice of Global Governance: The Worst of All Possible Worlds?. **International Studies Review**, 13: 144–154, 2011.

IMF. Various issues. *IMF Annual Report*. Washington, DC: International Monetary Fund.

KAYA, A. Conflicted Principals, Uncertain Agency: The International Monetary Fund and the Great Recession. **Global Policy**, 3: 24-34. 2011.

KELKAR, V., YADAV, V., & CHAUDHRY, P. Reforming the governance of the international monetary fund. **The World Economy**, 27(5), 727–744, 2004.

KEOHANE, R. **After Hegemony: cooperation and discord in World Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R.; NYE, J. S. **Power and Interdependence**. 2. ed. Harper Colins Publishers, 1989.

KEOHANE, R. O. Neoliberal Institutionalism: a perspective on world politics In: **International Institutions and State Power**. San Francisco: Westview Press, 1989.

LUPIA, A. 2001. "Delegation of Power: Agency Theory." Published in Neil J. Smelser and Paul B. Baltes (eds.) **International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences** 5: 3375 - 3377. Oxford, UK: Elsevier Science Limited

MARTIN, L. e SIMMONS, B. Theories and Empirical Studies of International Institutions, **International Organization** 52 (4): 729-757, 1998.

MARTIN, L e WOODS, N. “**Multiple-State Constituencies in the IMF: An Agency Approach**”. Paper presented at the Sixth Jacques Polak Annual Research Conference, 2005.

MEARSHEIMER, J. **The False Promise of International Institutions**. In *International Security*, 1995.

MOMANI, B. American Politicization of the International Monetary Fund, **Review of International Political Economy**, 11, 2004.

MOMANI, B. Canada and its IMF Director. **Journal of Public Administration**, 2010.

MOMANI, B. **Getting a Seat at the IMF Executive Board Table.** Paper presented to the ISA Annual Conference, San Francisco. 2008.

MORAVCSIK, A. Liberal Intergovernmentalism and Integration - a rejoinder. **Jornal de Estudos sobre Mercados Comuns**, vol. 33, 1995.

NIELSON, D. e TIERNEY, M. **Delegation to Organizations: agency theory and World Bank environmental reform.** In international organizations, 2003.

MOUNTFORD, A. **The Formal Governance Structure of the International Monetary Fund.** Independent Evaluation Office of the IMF, 2008.

RAPKIN, D. e STRAND, J. **Reforming the IMF's weighted voting system.** In *The World Economy*, volume 29, 2006.

ROSENAU, J. Toward an Ontology for Global Governance, in Martin Hewson e Timothy J. Sinclair, eds., **Approaches to Global Governance Theory**, Albany, NY: State University of New York. 1999.

STONE, R. Informal Governance in international organizations: Introduction to special issue. In **International Organizations**, 2013.

STONE, R. **Lending Credibility: The International Monetary Fund and the Post-Communist Transition.** Princeton: Princeton University Press, 2002.

THACKER, S. The High Politics of IMF Lending, **World Politics**, 52 (1): 38-75, 1999.

TRUMAN, E. M. **A Strategy for IMF Reform.** Washington, DC: Institute for International Economics, February 2006.

VAN HOUTVEN L. Governance of the IMF, Decision Making, Institutional Oversight, Transparency, and Accountability, **Pamphlet Series**, n°53, August, IMF; Washington D.C. 2002.

VREELAND J. R. **The IMF and Economic Development.** Yale University, 2003.

VREELAND, J. R. **Governance at The International Monetary Fund.** Georgetown University. April 2009, pp. 1-8. 2009.



VREELAND, J. R. **Buying Bretton Woods**. Georgetown University. June 2010.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WOODS, N. **From intervention to cooperation: reforming the IMF and the World Bank**. Progressive Governance Loondon, 2008.

WOODS, N. e LOMBARDI, D. Effective Representation and the role of coalitions within the IMF. **GEG Working Paper**, 2005.

WOODS, N. **The Globalizers: the IMF, the World Bank and their borrowers**. Cornell University Press: Ithaca, 2006.

## ARTIGO II

### FORMAÇÃO DE COALIZÕES DENTRO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS: O CASO DO BRASIL NO FMI E BANCO MUNDIAL

#### Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o processo de formação de coalizões dentro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, evidenciando os motivos que levam os países a formarem blocos dentro dessas instituições. Como no FMI e no Banco Mundial as principais decisões são tomadas no âmbito do Diretório Executivo, este estudo se centrará na análise dos processos que levam à formação de alianças para a escolha de representantes nessa instância decisória. Por razões substantivas e metodológicas, este trabalho terá como escopo o caso brasileiro, buscando assim identificar os motivos que levariam os países a somarem seus votos na escolha de um brasileiro para representar seus interesses nessas instituições. Partindo da literatura que analisa como os países utilizam ajuda externa para perseguir seus objetivos, essa pesquisa analisará quantitativamente se os países mais pobres trocariam apoio político nas instituições financeiras internacionais por benefícios econômicos. Para tanto, será testada a hipótese de que os países que compõem a coalizão brasileira dentro dos Diretórios Executivos do FMI e Banco Mundial possuem mais chances de receber ajuda externa do Brasil do que os países que não apoiam o Brasil nessas instituições. Os resultados encontrados confirmam a hipótese.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituições Internacionais, Governança Global, Coalizões, FMI, Banco Mundial

#### Abstract

This research analyzes the coalition formation processes within the International Monetary Fund and World Bank. More specifically, since the IMF and World Bank's main decisions are made by their Executive Directorate, this study focuses on the alliance formation for choosing the representatives for these boards. For substantive and methodological reasons, this work focuses on the Brazilian case, and identifies reasons why countries pool votes for a Brazilian to represent their interests within these

organizations. Based on the literature about country's use of foreign aid to pursue foreign policy objectives, this paper quantitatively explores whether poor countries exchange their political support in the international financial arena for economic gains. Therefore, this research tests the hypothesis that members of the Brazilian constituencies in the IMF and World Bank are more likely to receive foreign aid from Brazil. The results confirm this hypothesis.

**KEYWORDS: International Institutions, Global Governance, Coalitions, IMF, World Bank**

## 1. Introdução

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial foram criados como parte de uma estratégia dos vitoriosos da 2ª Guerra Mundial de reconstrução do sistema financeiro internacional. O FMI foi concebido inicialmente para garantir a estabilidade cambial entre seus membros e incentivar a eliminação de restrições cambiais que pudessem obstruir o comércio internacional. O Banco Mundial<sup>26</sup> foi criado com o intuito de financiar o desenvolvimento econômico dos países membros; na época, a reconstrução dos países europeus. Ao longo dos anos, ambas as instituições passaram por inúmeras transformações, de modo que voltaram suas atenções dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Nota-se que ao longo da história, essas instituições, em especial o FMI, foram objeto de críticas por representarem apenas os interesses das grandes potências e por serem pouco transparentes na prestação de contas, de forma que a legitimidade dessas organizações foi frequentemente colocada em questão.

Recentemente, vários *policy-makers* ao redor do mundo argumentaram que a crise de legitimidade do FMI poderia ser resolvida por meio de reformas em suas estruturas de representação, em especial, no Diretório Executivo. Esse órgão exerce um papel central na formulação de políticas e no processo decisório na instituição, exercendo todos os poderes na condução dos negócios dentro do fundo com exceção daqueles reservados pelos *Articles of Agreement* do FMI à Assembleia dos

---

<sup>26</sup> Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) na época.

Governadores. É no Diretório que os países defendem suas posições no que diz respeito aos empréstimos internacionais e demais operações da instituição. No entanto, a despeito da centralidade do Diretório Executivo na governança do FMI, a comunidade acadêmica deu pouca atenção aos processos que levam à representação dos países-membros nessa instância decisória.

Nos últimos anos, entretanto, vários autores voltaram sua atenção para o funcionamento das organizações internacionais e como suas estruturas de representação afetam sua efetividade e seu relacionamento com seus Estados-membros. Nota-se que o papel central do FMI na condução de crises financeiras das últimas décadas renovou o interesse dos pesquisadores pela governança interna dessa instituição. Esses esforços lançaram luz sobre os processos políticos e atores-chave dentro do FMI. Alguns autores analisaram o papel da política externa e interna dos Estados Unidos e sua influência na condução do bloco (Thacker, 1999; Stone, 2002; Vreeland, 2005 e Broz e Hawes, 2006). Outros analisaram o papel dos credores privados na instituição (Gould, 2003). Alguns focaram na questão da delegação de poder por parte dos estados para a organização (Hawkins *et al*, 2006 e Woods, 2006). Outros pesquisadores, em um viés mais construtivista, examinaram o papel dos hábitos institucionais na modelagem do trabalho dentro da instituição (Barnett e Finnemore, 2004 e Finnemore, 2005).

De maneira geral, pode-se dizer que os resultados desses estudos iluminaram a dinâmica dos trabalhos dentro da burocracia e os caminhos pelos quais os estados mais poderosos se utilizam da organização para atingirem seus objetivos. No entanto, nota-se que há um importante vácuo na literatura acerca do papel dos países chamados emergentes dentro dessa instituição, pois nos trabalhos citados acima os países ricos, especialmente os Estados Unidos, são vistos como os principais agentes responsáveis pelas mudanças dentro da organização enquanto os demais países foram virtualmente deixados de fora da análise. No entanto, alguns estudos mais recentes (Woods e Lombardi, 2005 e Momani 2008) buscaram preencher essa lacuna dentro da literatura. Woods e Lombardi (2005) focaram nas estruturas de participação e representação dos países pobres dentro do FMI, analisando não apenas as regras formais, mas também o papel dos mecanismos informais e das convenções nesses processos. Buscando assim identificar padrões em relação a como as coalizões são formadas e seu papel na governança da instituição.

Vreeland (2010), partindo da literatura que analisa como os países utilizam ajuda externa para perseguir seus objetivos, buscou evidenciar se tal prática ocorreria também dentro das instituições financeiras internacionais. Para tanto, mensurou empiricamente o papel da ajuda externa concedida pelos países ricos na formação de coalizões dentro dos Direitórios Executivos do FMI e Banco Mundial. Vreeland (2010) analisou o caso da Suíça dentro da instituição e os resultados de sua pesquisa corroboraram a hipótese de que os países pobres venderiam seu apoio em instituições de governança global com o intuito de obterem vantagens econômicas, no caso, ajuda externa. Entretanto, apesar de não restringir sua teoria ao caso suíço, não replica sua análise para os demais casos dentro dessas instituições. De maneira que permanece a dúvida se tal lógica funcionaria também para analisar a atuação de países considerados emergentes dentro dessa instituição.

Assim, este estudo visa contribuir com a literatura acerca de como as coalizões são formadas dentro do FMI e Banco Mundial e, para tanto, se utilizará do caso brasileiro. A análise da atuação brasileira nessas instituições se mostra interessante por questões substantivas e metodológicas. Em primeiro lugar, apesar de o Brasil ser um membro do FMI desde sua criação; historicamente, ocupou um papel de pouco destaque no fundo, estando no grupo de países devedores e, conseqüentemente, com pouca voz na organização. Apenas recentemente o Brasil passou para o seletivo grupo de credores da instituição, fato que permitiu que o país ganhasse mais voz nas discussões sobre a governança da organização.

Em segundo lugar, o Brasil se enquadra na categoria de países emergentes que buscam exercer uma influência maior sobre os rumos da instituição, ou seja, faz parte de um grupo de países pouco explorado na literatura específica sobre governança das instituições financeiras internacionais. Vale ressaltar que o Brasil faz parte dos BRICS, junto com Rússia, Índia, China e África do Sul, e um dos objetivos dessa coalizão é demandar reformas nas estruturas de governança do sistema financeiro internacional e, no entanto, nenhum desses países integra as coalizões lideradas pelo Brasil no FMI e Banco Mundial.

Em terceiro lugar, outra característica que faz o caso brasileiro ser interessante é a própria composição do bloco do Brasil. Pois apesar do discurso de cooperação regional dos líderes brasileiros nas últimas décadas, nenhum país do MERCOSUL

integra seu bloco<sup>27</sup> de forma que se a governança econômica global fosse reformulada em linhas regionais, o Brasil se veria em uma situação delicada, pois a maioria de seus parceiros regionais<sup>28</sup> integra o bloco liderado por Argentina e Uruguai. Ademais, a aparente falta de laços históricos entre os membros do bloco brasileiro – composto por Cabo Verde, Colômbia<sup>29</sup>, República Dominicana, Equador, Filipinas<sup>30</sup>, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname<sup>31</sup>, Timor-Leste, Trinidad e Tobago - e a heterogeneidade de sua composição são indícios de que o estudo deste caso pode agregar conhecimento à literatura sobre o tema.

O objetivo desta pesquisa consiste em analisar o processo de formação de coalizões dentro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial tendo como escopo o caso brasileiro. Buscar-se-á identificar os motivos que levariam os países dessa coalizão a somarem seus votos na escolha de um brasileiro para representar seus interesses nessas instituições. Assim, a pergunta a ser respondida por esta pesquisa é: *quais as motivações que levam esses países a apoiarem o Brasil nas negociações dentro do FMI e Banco Mundial?*

## **1. A estrutura institucional do Fundo Monetário Internacional**

A estrutura institucional do FMI consiste basicamente na Assembleia de Governadores, Diretório Executivo, *Staff* e na figura do Diretor-geral. A Assembleia dos Governadores é composta por um governador e um suplente de cada país-membro. É, na teoria, a instância máxima de poder dentro da organização, mas na prática, delega a maioria de suas funções para o Diretório Executivo, à exceção daqueles que lhe forem diretamente concedidos pelos *Articles of Agreement*. É responsável também pela escolha dos Diretores Executivos e se reúne normalmente uma vez por ano durante as *Annual Meetings* do FMI e Banco Mundial). Já o Diretório Executivo é, na prática, o

---

<sup>27</sup> O único país sul-americano representado pelo Brasil no FMI é o Equador.

<sup>28</sup> Bolívia, Chile, Paraguai e Peru.

<sup>29</sup> Atualmente faz parte apenas da coalizão brasileira nas instituições do Banco Mundial: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), Corporação Financeira Internacional (IFC), Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e na Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA).

<sup>30</sup> Faz parte apenas das coalizões do Brasil nas instituições do Banco Mundial.

<sup>31</sup> Não faz parte da coalizão brasileira no MIGA.

órgão mais importante da instituição, composto por vinte e quatro membros, sendo responsável por gerir as operações gerais do Fundo e eleger o Diretor-geral além de exercer todos os poderes delegados pela Assembleia dos Governadores<sup>32</sup>.

No FMI, o poder de voto de cada país-membro é determinado pela sua quota de participação, em que cada membro possui 250 votos básicos mais um voto para cada 100.000 DES<sup>33</sup>. Esse sistema de quotas também define a contribuição dos países ao Fundo, a disponibilidade de recursos e a distribuição de DES entre os membros. O processo decisório no FMI ocorre com base no poder de voto relativo de seus membros, de forma que as decisões ordinárias requerem uma maioria simples para serem aprovadas, enquanto que algumas decisões necessitam de maiorias especiais especificadas pelos *Articles of Agreement*.<sup>34</sup> (Van Houtven, 2002 e Mountford, 2008).

Das vinte e quatro cadeiras do Diretório Executivo, apenas cinco são ocupadas por países que possuem votos suficientes para indicar seus representantes de forma direta: Estados Unidos<sup>35</sup>, Alemanha<sup>36</sup>, Japão<sup>37</sup>, França<sup>38</sup> e Reino Unido<sup>39</sup>. Embora, recentemente, Rússia<sup>40</sup>, China<sup>41</sup> e Arábia Saudita<sup>42</sup> também tenham indicado seus representantes sem o auxílio de outros países em virtude do aumento em suas quotas de participação. Os demais países ocupam as dezesseis cadeiras restantes por meio de *constituencies* formadas por vários países, mas liderados por algum em especial. Assim, esses países formam alianças com o intuito de elegerem um representante para atuar em

---

<sup>32</sup> Fonte: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em agosto de 2013.

<sup>33</sup> Os Direitos Especial de Saque (DES) são ativos internacionais de reserva criados pelo FMI, sendo atribuídos aos países-membros na proporção das respectivas quotas nesse organismo internacional.

<sup>34</sup> Desde que a segunda emenda aos *Articles of Agreement*, adotada em 1977, foram acordados dois níveis de maiorias qualificadas para as votações – 70% e 85%<sup>34</sup> - em cada caso como porcentagem do total de votos dentro da instituição. Uma abstenção possui o mesmo efeito de um voto negativo. Os Estados Unidos são o único país com poder de votos suficientes para vetar decisões importantes dentro do FMI<sup>34</sup>. No entanto, Van Houtven (2002) aponta que as decisões são tomadas por consenso como uma forma de minimizar confrontos, embora por vezes votações formais possam ser realizadas. Em meio às narrativas, o diretor executivo dos EUA utiliza uma estratégia chamada de “*sense of the meeting*”, que seria uma tentativa dos EUA de exercerem seu poder para convencer os demais diretores de a vontade estadunidense prevalecerá no final. O Diretor-geral pode requerer votações simbólicas ao longo das discussões para observar onde se encontra a maioria necessária para a aprovação de determinada política. Embora a votação nominal raramente ocorra, tais votações podem ser utilizadas para identificar a posição da maioria e impô-la sobre eventuais minorias para que haja consenso.

<sup>35</sup> Atualmente, os Estados Unidos possuem um total de 426.961 votos o que contabiliza 16,75% do total de votos dentro da organização.

<sup>36</sup> A Alemanha possui atualmente 146.392 votos contabilizando 5,81% dos votos da instituição.

<sup>37</sup> O Japão possui 157.022 votos, equivalente a 6,26% do total de votos.

<sup>38</sup> França possui 108.122 votos o que equivale a 4,29% dos votos.

<sup>39</sup> O Reino Unido possui 108.122 votos, equivalente a 4,29% dos votos.

<sup>40</sup> A Rússia possui 60.191 votos, o que dá 2,39% dos votos.

<sup>41</sup> A China possui 95.996 votos ou 3,81%.

<sup>42</sup> Possui 70.582 votos ou 2,80%.

nome dos países que compõem seu bloco. Essas eleições ocorrem a cada dois anos e embora não haja regras formais para a formação dessas coalizões, há normas claras acerca do processo pelo qual essas eleições ocorrem. Vale destacar que, embora os diretores indicados possam exercer o cargo pelo tempo que seus países determinarem, os diretores eleitos prestam seus serviços por dois anos com direito à reeleição<sup>43</sup>.

Woods e Lombardi (2006) identificaram três padrões de governança que refletem as relações de poder dentro dessas *constituencies*. Alguns grupos são fortemente dominados por apenas um país, que detém a cadeira de diretor executivo e conseqüentemente comanda as decisões do bloco. Um segundo grupo de *constituencies* tende a ser liderado por um pequeno número de países que alternam o cargo de diretor executivo entre si. E um terceiro grupo, mais igualitário, composto por países com capacidades econômicas similares.

Nota-se que alguns blocos são formados regionalmente, como os dois blocos compostos por países africanos<sup>44</sup>, que alternam o cargo de diretor executivo e suplente entre si. Outros são formados por países que possuem laços culturais e históricos entre si, como os blocos liderados por Espanha e Canadá<sup>45</sup>, que embora mais diversificado geograficamente, também é composto por países que possuem um legado colonial em comum. No entanto, outros blocos possuem composições menos óbvias, como por exemplo, o bloco da Itália<sup>46</sup>, o bloco da Áustria<sup>47</sup>, o da Suíça<sup>48</sup> e o bloco brasileiro que, a exemplo do suíço, é formado por países que possuem laços pouco evidentes entre si, como Cabo Verde, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Timor Leste e Trinidad e Tobago<sup>49</sup>.

---

<sup>43</sup> Fonte: [www.imf.org](http://www.imf.org). Acesso em agosto de 2013.

<sup>44</sup> Um bloco é composto atualmente por Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Etiópia, Gambia, Quênia, Lesoto, Libéria, Malawi, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. O outro é formado por Benin, Burkina Faso, Camarões, República Central Africana, Chade, Cômoros, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Guiné Equatorial, Gabão, Guiné, Mali, Mauritânia, Mauritius, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.

<sup>45</sup> Atualmente formado por Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, St. Kitts e Neve, St. Lucia, São Vicente e Granada.

<sup>46</sup> Embora possua votos suficientes para atuar de forma isolada, atua de forma conjunta com seus vizinhos do sul da Europa, como Grécia, Malta, Portugal, São Marino e Albânia.

<sup>47</sup> Composto por países como Turquia, Bielorrússia, República Tcheca, Hungria, Kosovo, Eslováquia e Eslovênia

<sup>48</sup> Formado por países sem aparentemente nenhum vínculo histórico ou cultural entre si como Azerbaijão, Cazaquistão, Quirquístão, Polônia, Sérvia, Tajiquistão e Turcomenistão.

<sup>49</sup> O Bloco liderado pelo Brasil soma atualmente 65.870 votos, equivalentes a 2,61% do total de votos dentro da instituição.



## 2. A estrutura institucional do Banco Mundial

O Banco Mundial não é uma única instituição internacional. Com o passar do tempo, a organização se dividiu em cinco instituições internas: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (IBRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), Corporação Financeira Internacional (IFC), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional para a Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID). Em relação à sua governança, as cinco instituições do Banco Mundial possuem uma estrutura de poder similar ao FMI, consistindo basicamente na Assembleia de Governadores, Diretório Executivo, na figura do Presidente e demais membros do *Senior Management*, e nas unidades organizacionais de gerenciamento. A Assembleia dos Governadores é composta por 188 países membros, em que cada membro indica um governador e um suplente por um período de cinco anos podendo ser indicados novamente. É, na teoria, a instância máxima de poder dentro da organização, mas na prática, delega a maioria de suas funções para o Diretório Executivo, à exceção daqueles que lhe forem diretamente concedidos pelos *Articles of Agreement*<sup>50</sup>.

O Diretório Executivo é, na prática, o órgão mais importante da organização sendo composto atualmente por 25 diretores executivos, mais a figura do presidente do Banco Mundial, que são responsáveis por gerir as operações gerais do Banco além de exercer todos os poderes delegados pela Assembleia dos Governadores sob os *Articles of Agreements* do Banco Mundial. À semelhança do FMI, os diretores executivos possuem uma função dual dentro da instituição, pois ao mesmo tempo que são funcionários pagos pelo Banco Mundial, representam seus países membros, defendendo seus interesses dentro da instituição. No entanto, diferentemente do que ocorre no FMI, a aliança entre o *Senior Management*, burocracia e sociedade civil fragilizam o Diretório Executivo no processo de controle da organização. De modo que o Banco é comumente visto na literatura como menos suscetível à influência de seus países membros do que o FMI, devido à essa maior autonomia burocrática dentro da instituição (Guimarães, 2010).

---

<sup>50</sup> O direito de admitir ou suspender membros, aumentar ou diminuir os volumes de capital da instituição, aumentar o número de diretores executivos entre outras funções.

O Banco Mundial, assim como o FMI, possui um sistema de votação baseado em um sistema de quotas proporcional à contribuição de seus membros. De modo que o processo decisório ocorre com base no poder de voto relativo de seus membros. Cada membro possui 250 votos mais um voto para cada parcela adquirida de ações da instituição<sup>51</sup>.

Das vinte e cinco cadeiras dos Diretórios Executivos, apenas cinco são ocupadas por países que possuem votos suficientes para indicar seus representantes de forma direta: Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Reino Unido. Recentemente, Rússia, China e Arábia Saudita também têm indicado seus representantes sem o auxílio de outros países em virtude do aumento em suas quotas de participação. Como no FMI, os demais países ocupam as cadeiras restantes através de *constituencies* formadas por vários países, mas liderados por algum em especial. Assim, esses países formam alianças com o intuito de elegerem um representante para atuar em nome dos países que compõem seu bloco. Essas eleições ocorrem a cada dois anos e embora não haja regras formais para a formação dessas coalizões, há normas claras acerca do processo pelo qual essas eleições ocorrem. Vale destacar que, embora os diretores indicados possam exercer o cargo pelo tempo que seus países determinarem, os diretores eleitos prestam seus serviços por dois anos com direito à reeleição<sup>52</sup>.

Na prática, as composições desses blocos variam muito pouco em relação aos blocos formados dentro do Diretório Executivo do FMI e variam menos ainda dentre as próprias agências do Banco Mundial. No entanto, em relação ao Brasil especificamente, objeto de estudo deste trabalho, nota-se que há algumas diferenças em relação à coalizão formado no FMI. No IBRD, IFC e MIGA, a coalizão liderada pelo Brasil é formada atualmente por Filipinas, Colômbia, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Suriname e Trinidad Tobago. No IDA, a coalizão é formada por estes mesmos países com exceção do Suriname<sup>53</sup>.

### **3. Ajuda externa no sistema internacional**

---

<sup>51</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

<sup>52</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

<sup>53</sup> Fonte: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org). Acesso em abril de 2014.

Este trabalho dialoga com uma literatura mais recente que analisa como os Estados utilizam ajuda externa para atingir seus objetivos. Stone (2006) e Bruce Bueno de Mesquita e Smith (2007) argumentam que os países utilizam ajuda externa para comprar influência junto aos governos receptores. Schraeder *et al* (1998) analisaram os fluxos de ajuda bilateral provenientes dos Estados Unidos, Japão, França e Suécia para o continente africano durante os anos 80 e concluíram que questões econômicas e militares foram fatores decisivos para o fornecimento de ajuda e que questões humanitárias não aparentaram ser decisivas para nenhum dos doadores analisados.

Bermeo (2010) buscou averiguar se houve mudanças significativas em relação aos determinantes de ajuda externa com o final da guerra fria. Para tanto, analisa a alocação de ajuda externa de quatro grandes doadores, França, Japão, Reino Unido e Estados Unidos nos últimos vinte anos. Conclui que há diferenças significativas entre fluxos recentes de ajuda externa e àqueles ocorridos ao longo dos anos 80. Destaca que durante a guerra fria, a ajuda externa era guiada primordialmente por interesses militares e que, atualmente, essa questão ocupa um papel menor nas motivações para o fornecimento de ajuda. Aponta que interesses estratégicos continuam sendo determinantes, embora questões militares tenham perdido espaço para questões de ordem econômica.

Vreeland (2010), dialogando com essa literatura de determinantes de ajuda externa, analisou a relação entre a ajuda externa fornecida pela Suíça e a composição de sua coalizão nos diretórios executivos do FMI e Banco Mundial. Os resultados de sua pesquisa corroboram a hipótese de que os países pobres venderiam seu apoio em instituições de governança global com o intuito de obterem vantagens econômicas como ajuda externa. Assim, o presente artigo, se baseando na metodologia utilizada por Vreeland (2010), buscou analisar se existe uma correlação entre a ajuda externa brasileira e a composição de sua coalizão nos diretórios executivos do FMI e Banco Mundial.

#### **4. A ajuda externa brasileira**

A partir de 2004, a ajuda externa brasileira<sup>54</sup>, no contexto da Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD), tem-se pautado pelas seguintes diretrizes<sup>55</sup>: 1) priorizar programas de cooperação técnica que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os países de interesse prioritário para a política exterior brasileira; 2) apoiar projetos vinculados, sobretudo a programas e prioridades nacionais de desenvolvimento dos países receptores; 3) canalizar os esforços de CGPD para projetos

---

<sup>54</sup> Considera-se como ajuda externa: empréstimos, subsídios (*grants*) e investimentos realizados por um governo com o intuito de promover o desenvolvimento econômico em países subdesenvolvidos. Esses dados incluem compromissos (*commitments*) na forma de: subsídios (*grants*); empréstimos à taxas favoráveis de agências multilaterais (*Loans at concessional rates from multilateral agencies*); empréstimos para o desenvolvimento à taxa de mercado; assistência técnica; programas de transferência de ajuda por setor na forma de dinheiro ou em espécie e algumas atividades de investimento de capital. Vale destacar que esse banco não considera como ajuda externa: equipamentos e serviços militares; estoques militares de dívida (*military stock of debt*); créditos à exportação ou financiamentos do comércio; garantias de empréstimos (*loan guarantees*); fluxos de ajuda de organizações não-governamentais; empréstimos provenientes de fundos mantidos no país destinatário; investimento estrangeiro direto (IED), empréstimos bancários sem garantias, investimentos de portfólio e contribuições para o financiamento de bases de organizações de desenvolvimento multilaterais (*AidData User's Guide*, 2011).

<sup>55</sup> A primeira iniciativa de implantação de um "Sistema de Cooperação Técnica Internacional" no Brasil ocorreu em 1950, com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT), composta por representantes governamentais: da Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios setoriais. Sua principal atribuição era a de estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras solicitantes de ajuda técnica do exterior, fornecida por países industrializados com os quais o Brasil mantinha acordos específicos de transferência de tecnologia sob a forma de cooperação. Em 1969, foi realizada uma ampla reforma institucional do Sistema, centralizando, via decreto, as competências básicas de cooperação técnica internacional (negociação externa, planejamento, coordenação, fomento e acompanhamento) na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e no Ministério das Relações Exteriores (MRE), escolhidos como órgãos centrais responsáveis pela sua gestão. A partir de 1984, já se delineava a necessidade de um novo reexame dos mecanismos de gestão do Sistema, a fim de dotá-lo de maior eficácia gerencial. O Sistema de Cooperação Técnica apresentava um duplo comando: a Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty e a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN). A ABC foi criada em setembro de 1987 a partir da fusão das duas unidades anteriores como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE). Hoje, conforme estabelecido no Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores, compete à Agência Brasileira de Cooperação planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações. Havendo sido a ABC criada eminentemente para atuar como eixo da cooperação Sul-Sul brasileira, a estrutura operacional da agência e a composição de seu quadro de recursos humanos e de sistemas gerenciais foi progressivamente sendo estruturado concomitantemente ao expressivo crescimento dos programas de cooperação horizontal do Brasil, que se ampliaram geometricamente em termos de países parceiros atendidos, projetos implementados e em recursos efetivamente desembolsados. As ações de CGPD constituem-se como instrumento de política externa, do qual o Brasil tem-se servido para assegurar presença em países e regiões de interesse. Para tanto se vale dos seguintes instrumentos: consultorias, treinamentos e a eventual doação de equipamentos. De acordo com a ABC, a missão da CGPD é "contribuir para o adensamento das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, para a ampliação dos seus intercâmbios, geração, disseminação e utilização de conhecimentos técnicos, capacitação de seus recursos humanos e para o fortalecimento de suas instituições.

de maior repercussão e âmbito de influência, com efeito multiplicador mais intenso; 4) privilegiar projetos com maior alcance de resultados; 5) apoiar, sempre que possível, projetos com contrapartida nacional e/ou com participação efetiva de instituições parceiras; 6) estabelecer parcerias preferencialmente com instituições genuinamente nacionais<sup>56</sup>.

À luz das atuais orientações governamentais, a CGPD concentrou suas ações com base nas seguintes prioridades: 1) compromissos assumidos em viagens do Presidente da República e do Chanceler; 2) países da América do Sul; 3) Haiti; 4) países da África, em especial os Palops<sup>57</sup>, e Timor-Leste; 5) demais países da América Latina e Caribe; 6) apoio à CPLP; e 7) incremento das iniciativas de cooperação triangular com países desenvolvidos (através de suas respectivas agências) e organismos internacionais<sup>58</sup>.

**Figura 4.1. Evolução da ajuda externa brasileira**

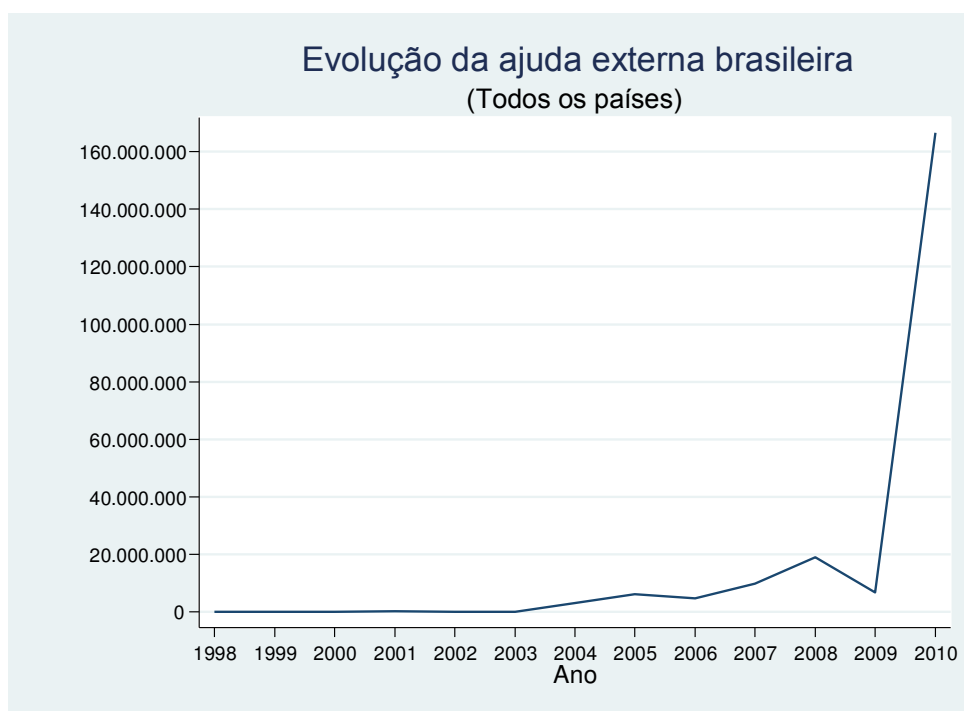


Gráfico realizado pelo autor com dados provenientes do *AidData 3.0*.

O gráfico acima ilustra a evolução histórica da ajuda externa brasileira ao longo das últimas duas décadas. Como se pode notar, o Brasil passou a fornecer ajuda

<sup>56</sup> Fonte: [www.abc.gov.br](http://www.abc.gov.br). Acesso em março de 2014.

<sup>57</sup> Países africanos de língua portuguesa.

<sup>58</sup> Fonte: [www.abc.gov.br](http://www.abc.gov.br). Acesso em março de 2014.

sistematicamente apenas a partir do 1º mandato do presidente Lula. Nesse período, as relações Sul-Sul passaram a ser prioridade na agenda da política externa brasileira, havendo um aumento significativo no número de acordos de cooperação firmados pelo Brasil com países em desenvolvimento (HIRST, LIMA e SOARES, 2010; OLIVEIRA e ONUKI, 2012).

Nota-se uma inflexão nos valores fornecidos em 2009, no período de maior agravamento da crise financeira, e que o país volta a prover valores expressivos em 2010, ano recorde no fornecimento de ajuda externa, em que o Brasil busca se colocar como um *player* global buscando ganhar terreno frente aos países desenvolvidos.

**Figura 4.2. Principais receptores de ajuda externa brasileira**

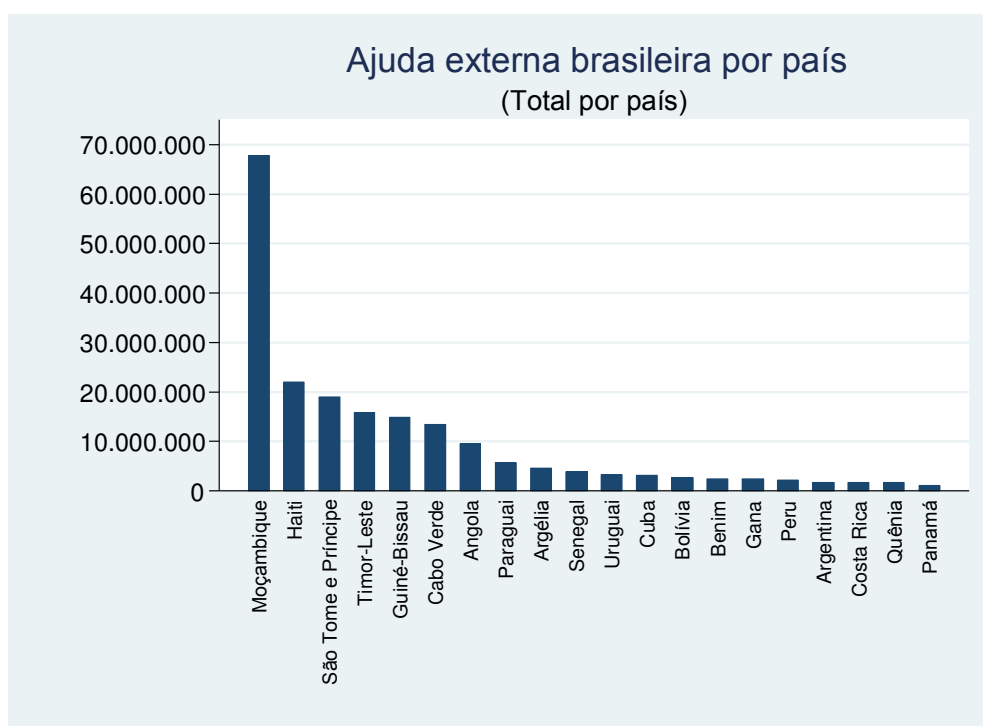


Gráfico realizado pelo autor com dados provenientes do *AidData 3.0*.

A figura 4.3 traz o total de ajuda externa fornecida pelo Brasil para cada país. Nota-se que os maiores receptores são os países africanos e americanos, em especial, os localizados na América do Sul e na América Central, sendo Moçambique e Haiti os maiores beneficiados. O Timor-Leste, país de língua portuguesa, localizado no sudeste asiático, também aparece como um grande receptor de ajuda externa brasileira.

## 5. Dados, métodos e desenho da pesquisa

Esta pesquisa pretende analisar o processo de formação de coalizões dentro do FMI e Banco Mundial, tomando como objeto de análise o caso brasileiro. A variável de interesse diz respeito à participação ou não de países no bloco brasileiro dentro dos Diretórios Executivos do FMI e Banco Mundial. Para que esse resultado possa ser explicado, é necessário identificar quais variáveis atuam nesse processo.

Primeiramente, foi realizada uma análise documental tendo como base documentos expedidos pelos ministérios da Fazenda/Finanças e/ou Relações Exteriores do governo brasileiro e dos governos membros da coalizão brasileira na época de eleições para o Diretório Executivo nas instituições de *Bretton Woods*. Nesses documentos, aparecem como motivos para esses países apoiarem o Brasil, termos como “laços de irmandade”, “afinidades históricas”, “afinidades culturais e políticas” e “fortalecimento da cooperação econômico-financeira”.

Como as três primeiras justificativas são de difícil mensuração, essa pesquisa focou na questão do fortalecimento da cooperação econômico-financeira e sua relação com o apoio político em instituições financeiras internacionais. Dialogando com a literatura que analisa como os Estados utilizam a ajuda externa perseguirem seus interesses no plano internacional, foi testada a hipótese de que essa lógica funcionaria para explicar a formação do bloco brasileiro no FMI e Banco Mundial. Uma das variáveis analisadas se refere ao efeito da ajuda externa concedida pelo governo brasileiro no voto desses países nas eleições para representantes nos Diretórios Executivos. As hipóteses levantadas até o momento relativas a essa variável são:

H1: O países trocariam seu apoio em instituições de governança global por benefícios econômicos, havendo uma correlação positiva entre ajuda externa concedida pelo governo brasileiro e o fato de esses países participarem ou não do bloco brasileiro no FMI e Banco Mundial.

H0: A ajuda externa concedida pelo governo brasileiro não possui relação com o fato de esses países apoiarem o Brasil no FMI e Banco Mundial.

Para testar essa hipótese, foi construído um banco de dados<sup>59</sup> no formato “*cross-sectional*” utilizando dados do *AidData* versão 3.0, *World Development Indicators* do Banco Mundial, da ferramenta *AliceWeb* desenvolvida pelo MDIC e dos sites do Ministério das Relações Exteriores, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial. O banco agrega dados sobre 210 países entre os anos de 1998 e 2010.<sup>60</sup> Para verificar se os países do bloco brasileiro no FMI e Banco Mundial recebem mais ajuda externa do Brasil do que os que não participam, foi construída uma variável dicotômica, codificada como “1” nas observações em que um país se encontra presente no grupo brasileiro e “0” caso contrário<sup>61</sup>. A Colômbia foi codificada como 0 por se entender que esse país já recebe como recompensa a cadeira de vice-diretor por apoiar o Brasil nas eleições para escolha dos diretores executivos<sup>62</sup>.

Nota-se que o Brasil só passou a fornecer ajuda externa de forma sistemática na última década, sendo que a maioria dos países que compõe o bloco brasileiro participa do mesmo há mais tempo. A ideia é que a participação na coalizão brasileira seria um dos determinantes para o recebimento de ajuda externa de modo que os países que integram o bloco brasileiro nas instituições financeiras internacionais seriam recompensados a partir do momento que o Brasil passa a fornecer ajuda no cenário internacional. Assim, embora essa pesquisa dialogue com o a análise de Vreeland (2010) sobre o caso suíço, nota-se que os casos e os modelos teóricos são diferentes. Se por um lado a Suíça fornecia ajuda externa há várias décadas, sua coalizão só é formada no começo dos anos 90. Já o caso brasileiro é o inverso na medida que sua coalizão existe desde as origens das instituições, passando por poucas modificações, enquanto o Brasil só passar a fornecer ajuda de forma substancial a partir do primeiro governo Lula.

---

<sup>59</sup>Também foram construídos dois bancos de dados na forma de painel. Um banco agrega 210 países entre os anos de 1998 e 2010 independentemente de participarem ou não do FMI e do Banco Mundial. O segundo banco foi construído utilizando apenas os 187 países que compõe o FMI e o Banco Mundial utilizando as mesmas variáveis do primeiro. Foram rodados modelos lineares para esses bancos na forma de painel e modelos mais complexos no intuito de corrigir eventuais problemas como auto correlação e heterocedasticidade como: Feasible Generalized Least Squares model (FGLS); Panel Corrected Standard Errors (PCSE), incluindo um lag (t-1) da variável dependente nas regressões em todos os modelos. Como os resultados foram muito similares aos modelos rodados utilizando o banco no formato “cross-sectional”, optou-se por apresentar apenas os modelos deste último no trabalho.

<sup>60</sup> Esse período foi determinado em função da disponibilidade de dados, pois os primeiros registros de fornecimento de ajuda externa por parte do Estado brasileiro nesse banco de dados datam de 1998.

<sup>61</sup> Em função das variáveis referentes à participação na coalizão brasileira no FMI e à participação na coalizão brasileira no Banco Mundial serem muito parecidas, com poucas diferenças, optou-se por utilizar uma variável única “part” referente à participação em ambas as instituições. Assim, há 8 observações em relação à participação na coalizão brasileira no FMI e/ou Banco Mundial e 202 observações de não participação.

<sup>62</sup> Também foram rodadas os mesmos modelos com a Colômbia codificada como zero e os resultados se mantiveram os mesmos.



Para testar a hipótese formulada, foram rodadas regressões para a variável dependente referente à ajuda externa brasileira<sup>63</sup>. Para a operacionalização dessa variável, foi utilizado o logaritmo natural do total de ajuda externa fornecida pelo Brasil para cada país da amostra durante o período considerado<sup>64</sup>.

Seguindo a literatura que analisa os determinantes da ajuda externa, foram utilizadas como controle, variáveis retiradas da literatura sobre o tema, como o PIB per capita<sup>65</sup>, nível de abertura comercial<sup>66</sup> e o volume de investimento estrangeiro no país<sup>67</sup> (ALESINA e DOLLAR, 2000). Também foram utilizados, para controle, variáveis provenientes das diretrizes para o fornecimento de ajuda externa brasileira como: número de viagens presidenciais brasileiras para um país<sup>68</sup>, volume de comércio com o Brasil<sup>69</sup>, uma variável dicotômica para os países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>70</sup> e variáveis dicotômicas regionais para a África, América do Sul e América Central.

**Tabela 5.1. Quadro de variáveis**

| Variáveis | N   | Média     | D.P     | Min. | Máx.      | Tipo           | Fonte              |
|-----------|-----|-----------|---------|------|-----------|----------------|--------------------|
| Ajuda     | 210 | 1.030.705 | 1320507 | 0    | 5.399.468 | \$ 2011 const. | <i>AidData 3.0</i> |
| ln_ajuda  | 210 | 5,18      | 6,37    | 0    | 18,03     | Log            | <i>AidData 3.0</i> |

<sup>63</sup> Nesse período, 86 países receberam ajuda externa do Brasil.

<sup>64</sup> Foi utilizado o logaritmo natural da variável no intuito de aproximar a distribuição da variável de uma distribuição normal. Em função da impossibilidade de tirar o log de 0. Primeiramente somou-se 1 aos valores da variável referente à ajuda externa para, em seguida, tirar o log dessa variável.

<sup>65</sup> Variável utilizada para mensurar o nível de desenvolvimento de um país. Operacionalizada como o logaritmo natural da média do PIB per capita de cada país entre os anos de 1998 e 2010 em dólares (valores constantes U\$2005) (*World Development Indicators*).

<sup>66</sup> Variável utilizada para mensurar o nível de abertura comercial de um país. Codificada como a porcentagem que o comércio ocupa no PIB de cada país (*World Development Indicators*).

<sup>67</sup> Variável relativa ao volume de investimento estrangeiro direto em um determinado país em dólares (*World Development Indicators*).

<sup>68</sup> Variável relativa ao número total de viagens presidências brasileiras para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 ([www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br)).

<sup>69</sup> Variável referente à soma do total de importações e exportações brasileiras em dólares para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 (*Aliceweb*).

<sup>70</sup> Como a variável CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) engloba os mesmos países pertencentes à PALOPS (Países Africanos de Língua Portuguesa, com adição de Portugal e Timor-Leste, optou-se por utilizar apenas a primeira nos modelos para evitar eventuais problemas de multicolinearidade.

|              |     |            |             |        |               |                |                  |
|--------------|-----|------------|-------------|--------|---------------|----------------|------------------|
| Percapita    | 198 | 11.610,22  | 18.790,20   | 134,48 | 129.028,00    | \$ 2005 const. | WDI              |
| ln_percapita | 198 | 8,16       | 1,66        | 4,90   | 11,76         | Log            | WDI              |
| Pop          | 210 | 29.700.000 | 121.000.000 | 9613   | 1.290.000.000 | Nº total       | WDI              |
| ln_pop       | 210 | 15,14      | 2,30        | 9,17   | 20,98         | Log            | WDI              |
| Viagem       | 210 | 1,74       | 3,91        | 0      | 26            | Binária        | MRE              |
| Partfmi      | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | FMI              |
| Partwb       | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | Banco<br>Mundial |
| Part         | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | FMI/BM           |
| Cplp         | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | CPLP             |
| Africa       | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | ONU              |
| Amsul        | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | ONU              |
| Amcentral    | 210 | _____      | _____       | 0      | 1             | Binária        | ONU              |

Tabela elaborada pelo autor

## 6. Análise empírica

Para verificar se há uma correlação entre a ajuda externa fornecida pelo Brasil e o fato de determinados países participarem da coalizão brasileira nas instituições financeiras internacionais; primeiramente, foi verificado se existe uma diferença significativa entre a média do grupo de países que recebem ajuda externa brasileira e integram o bloco liderado pelo Brasil e o grupo de países que recebem ajuda externa do Brasil mas não participam de sua coalizão.

### Figura 6.1. Ajuda externa brasileira por participação no bloco do Brasil

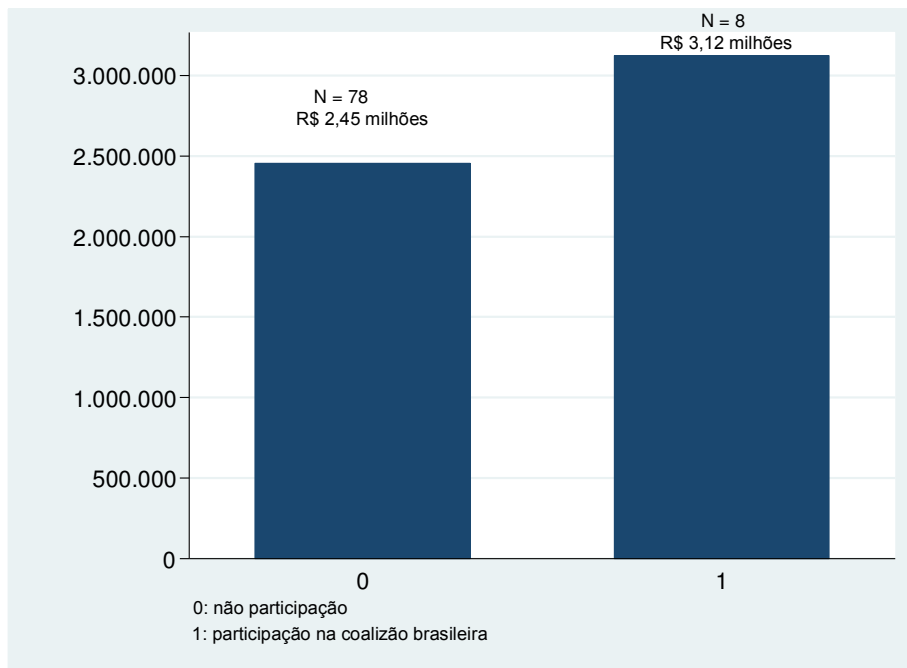


Gráfico realizado pelo autor com dados provenientes do *AidData 3.0*.

A primeira vista, parece haver uma pequena diferença entre os dois grupos. No entanto, um teste t mostrou que essa diferença não é estatisticamente significativa<sup>71</sup>. Vale destacar que a coalizão brasileira, no período analisado, é formada majoritariamente por países localizados na América Central. Dessa forma, é interesse analisar a diferença entre médias entre grupos tendo como escopo apenas os países centro-americanos.

**Figura 6.2. Ajuda externa brasileira por participação no bloco do Brasil (América Central)**

<sup>71</sup> T = -0,22 e P = 0,83 para o teste da hipótese de que a diferença de médias entre os dois grupos é diferente de 0.

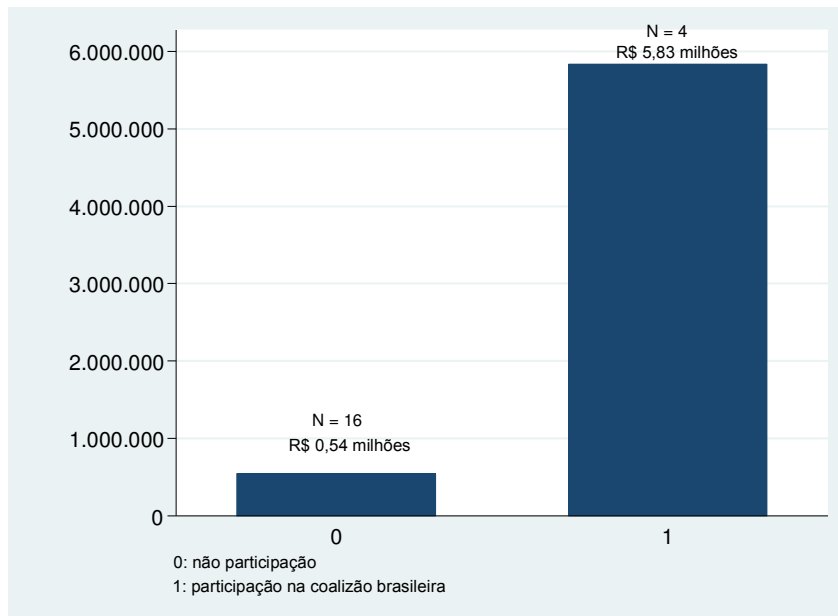


Gráfico realizado pelo autor com dados provenientes do *AidData 3.0*.

Um teste t indicou que a diferença entre grupos é estatisticamente significativa<sup>72</sup>. Assim, nota-se que há uma diferença significativa entre a média de ajuda brasileira fornecida para os países da América Central que apoiam o Brasil no FMI e Banco Mundial e os que não fazem parte da coalizão brasileira. Em seguida, é apresentado o mesmo gráfico, porém tendo como escopo apenas os países da América do Sul:

**Figura 6.3. Ajuda externa brasileira por participação no bloco do Brasil (América do Sul)**

<sup>72</sup> T = -2,11 e p = 0,04 para o teste da hipótese de que a diferença de médias entre os dois grupos é diferente de 0.

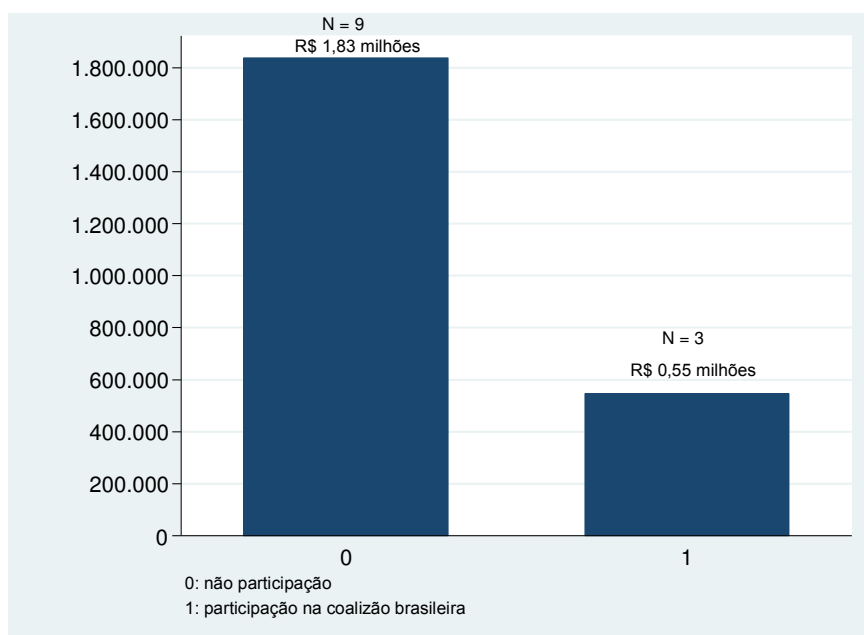


Gráfico realizado pelo autor com dados provenientes do *AidData 3.0*.

Nota-se que a situação se inverteu nesse último gráfico. Os países sul-americanos que não participam da coalizão brasileira recebem mais ajuda do que os que participam, embora a diferença não seja estatisticamente significativa<sup>73</sup>. No entanto, vale ressaltar que na América do Sul apenas Equador, Guiana e Suriname integram o bloco do Brasil, sendo que a maioria dos países sul-americanos, em especial os do Mercosul, integram a coalizão liderada pela Argentina, Chile e Uruguai. Ademais, os três gráficos acima apresentam estatísticas descritivas e não consideram outros fatores que poderiam estar influenciando a alocação de ajuda externa brasileira.

Assim, com o intuito de analisar se a participação nas coalizões liderada pelo Brasil no FMI e no Banco Mundial seria um dos determinantes para o recebimento de ajuda externa brasileira, foram realizadas regressões para a variável dependente referente ao log da ajuda externa. Primeiramente, foi rodada uma regressão linear utilizando o método de estimação dos Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares*) para dados distribuídos na forma “*cross sectional*”, analisando o efeito da variável independente dicotômica referente à participação na coalizão sobre a variável dependente. Depois, foram incluídas as variáveis de controle<sup>74</sup>. Segue modelo geral:

<sup>73</sup>  $T = 1,16$  e  $p = 0,27$  para o teste da hipótese de que a diferença de médias entre os dois grupos é diferente de 0.

<sup>74</sup> As variáveis referentes ao nível de abertura comercial, população, volume de investimento estrangeiro direto e volume de comércio não se mostraram estatisticamente significantes em nenhum modelo.

$$\text{Ln\_ajuda}_i = \alpha + \beta_1 \text{part}_i + \beta_n \text{controles}_i + \varepsilon_i$$

**Tabela 6.1. Regressões lineares para o período 1998-2010**

| <b>ln_ajuda</b> | <b>OLS</b>               | <b>OLS</b>                | <b>OLS</b>                | <b>OLS</b>                | <b>OLS</b>               | <b>OLS</b>                | <b>OLS</b>               |
|-----------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
|                 | 1                        | 2                         | 3                         | 4                         | 5                        | 6                         | 7                        |
| Part            | <b>7,90***</b><br>(2,23) | <b>7,18***</b><br>(2,09)  | <b>7,49***</b><br>(2,04)  | <b>7,07***</b><br>(1,97)  | <b>8,71***</b><br>(1,87) | <b>5,40**</b><br>(1,64)   | <b>2,51</b><br>(1,63)    |
| Ln_percapita    |                          | <b>-1,44***</b><br>(0,25) | <b>-1,36***</b><br>(0,24) | <b>-1,55***</b><br>(0,24) | <b>-0,82**</b><br>(0,26) | <b>-0,83***</b><br>(0,22) | <b>-0,60**</b><br>(0,61) |
| CPLP            |                          |                           | <b>6,78**</b><br>(2,05)   | <b>5,96**</b><br>(1,99)   | <b>4,45*</b><br>(1,88)   | <b>4,76**</b><br>(1,61)   | <b>5,77***</b><br>(4,32) |
| Viagem          |                          |                           |                           | <b>0,39***</b><br>(0,10)  | <b>0,43***</b><br>(0,09) | <b>0,50***</b><br>(0,08)  | <b>0,18</b><br>(0,09)    |
| Africa          |                          |                           |                           |                           | <b>5,36***</b><br>(0,10) | <b>6,56***</b><br>(0,86)  | <b>7,16***</b><br>(0,82) |
| Amcentral       |                          |                           |                           |                           |                          | <b>8,86***</b><br>(1,04)  | <b>9,80***</b><br>(0,99) |
| Amsul           |                          |                           |                           |                           |                          |                           | <b>9,20***</b><br>(1,74) |
| Cons.           | <b>4,89***</b><br>(0,44) | <b>16,82***</b><br>(2,08) | <b>15,95***</b><br>(2,04) | <b>16,77***</b><br>(1,98) | <b>9,36***</b><br>(2,31) | <b>8,15***</b><br>(1,98)  | <b>6,15**</b><br>(1,89)  |
| R <sup>2</sup>  | 0,06                     | 0,19                      | 0,24                      | 0,29                      | 0,38                     | 0,55                      | 0,61                     |
| N               | 210                      | 198                       | 198                       | 198                       | 198                      | 198                       | 198                      |

Obs: \*p < 0,05 / \*\*p < 0,01 / \*\*\* p < 0,001

Erro padrão entre parênteses

Como se pode notar, a variável “*part*” se mostrou estatisticamente significativa na maioria dos modelos apresentados e em todos os modelos os sinais dos coeficientes foram positivos. Demonstra-se, assim, que a participação na coalizão do Brasil possui uma correlação positiva e significativa com o recebimento de ajuda externa brasileira. O primeiro modelo considerou apenas a variável independente referente à participação no bloco brasileiro nas instituições financeiras internacionais. No segundo modelo, a

variável referente ao log da renda per capita foi incluída no intuito de controlar para o nível de desenvolvimento dos países. O coeficiente dessa variável se mostrou estatisticamente significativo e com sinal negativo, indicando que países com renda per capita elevadas seriam menos propícios à receberem ajuda externa de outros países.

No terceiro modelo, foram utilizados como controle, a variável referente à renda per capita e a variável binária referente aos países da CPLP. Novamente a variável “*part*” se mostrou estatisticamente significativa e com sinal positivo. A variável para a renda per capita se mostrou estatisticamente significativa e com sinal negativo e a variável para a CPLP se mostrou estatisticamente significativa e com sinal positivo. No quarto modelo, além das variáveis utilizadas acima, foi utilizada para controle a variável referente ao número de viagens presidenciais brasileiras para um país. As variáveis “*part*”, “*ln\_percapita*” e “*cplp*” se mantiveram estatisticamente significantes e com os sinais dos coeficientes na direção do esperado e a variável referente ao número de viagens presidenciais se mostrou estatisticamente significativa e positiva.

Nos modelos 5, 6 e 7, foram incluídas as variáveis regionais referentes à América do Sul, América Central e África. Esses modelos demonstram a importância dos fatores regionais para a alocação da ajuda externa brasileira. As três variáveis regionais se mostraram estatisticamente significantes e com sinais positivos conforme o esperado. Concluindo-se que os fatores regionais são decisivos para a alocação da ajuda externa. Os modelos 6 e 7 mostram que o fato de um país apoiar o Brasil nas instituições financeiras internacionais aumenta sua chance de recebimento de ajuda externa brasileira. No modelo 7, com a inclusão da variável regional referente à América do Sul, a variável referente à participação na coalizão brasileira perde significância estatística embora o sinal continue positivo conforme o esperado.

No entanto, esses modelos consideram, além dos dois mandatos do presidente Lula, o período referente ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, período em que praticamente não houve fornecimento de ajuda. Ademais, as diretrizes da política externa brasileira para o fornecimento de ajuda externa só foram definidas em 2003, no primeiro governo Lula. Assim, é importante realizar os mesmos modelos considerando apenas o período 2003-2010. Os resultados seguem abaixo:

**Tabela 6.2. Regressões lineares para o período 2003-2010 (governo Lula)**

| <b>ln_ajuda</b> | <b>OLS</b>     | <b>OLS</b>       | <b>OLS</b>      | <b>OLS</b>      | <b>OLS</b>     | <b>OLS</b>      | <b>OLS</b>     |
|-----------------|----------------|------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
|                 | 1              | 2                | 3               | 4               | 5              | 6               | 7              |
| Part            | <b>7,96***</b> | <b>7,18***</b>   | <b>7,49***</b>  | <b>7,11***</b>  | <b>8,79***</b> | <b>5,69***</b>  | <b>3,36*</b>   |
|                 | (2,23)         | (2,09)           | (2,04)          | (1,90)          | (1,78)         | (1,55)          | (1,62)         |
| Ln_percapita    |                | <b>-1,45 ***</b> | <b>-1,38***</b> | <b>-1,49***</b> | <b>-0,74**</b> | <b>-0,72***</b> | <b>-0,60**</b> |
|                 |                | (0,25)           | (0,24)          | (0,22)          | (0,25)         | (0,21)          | (0,20)         |
| CPLP            |                |                  | <b>6,80***</b>  | <b>5,93**</b>   | <b>4,43*</b>   | <b>4,83**</b>   | <b>5,50***</b> |
|                 |                |                  | (2,05)          | (1,90)          | (1,78)         | (1,51)          | (1,47)         |
| Viagem          |                |                  |                 | <b>1,21***</b>  | <b>1,30***</b> | <b>1,35***</b>  | <b>0,79***</b> |
|                 |                |                  |                 | (0,21)          | (0,19)         | (0,17)          | (0,21)         |
| Africa          |                |                  |                 |                 | <b>5,44***</b> | <b>6,55***</b>  | <b>7,04***</b> |
|                 |                |                  |                 |                 | (0,95)         | (0,82)          | (0,80)         |
| Amcentral       |                |                  |                 |                 |                | <b>8,45***</b>  | <b>9,36***</b> |
|                 |                |                  |                 |                 |                | (0,98)          | (0,98)         |
| Amsul           |                |                  |                 |                 |                |                 | <b>6,91***</b> |
|                 |                |                  |                 |                 |                |                 | (1,79)         |
| Cons.           | <b>4,83***</b> | <b>16,98***</b>  | <b>16,12***</b> | <b>16,04***</b> | <b>8,32***</b> | <b>7,04***</b>  | <b>5,99***</b> |
|                 | (0,43)         | (2,09)           | (2,05)          | (1,90)          | (2,22)         | (1,90)          | (1,85)         |
| R <sup>2</sup>  | 0,06           | 0,19             | 0,24            | 0,35            | 0,41           | 0,60            | 0,63           |
| N               | 210            | 198              | 198             | 198             | 198            | 198             | 198            |

Obs: \*p < 0,05 / \*\*p < 0,01 / \*\*\* p < 0,001

Erro padrão entre parênteses

Como se pode notar, se for considerado apenas o período relativo aos dois governos do presidente Lula, a variável “*part*” se mostra estatisticamente significativa e com sinal positivo mesmo quando se controla para os fatores regionais. Assim, nota-se que durante esse período o fato de um país apoiar o Brasil nas instituições financeiras internacionais - FMI e Banco Mundial – aumenta a probabilidade desse país receber ajuda externa do Brasil dado os demais fatores constantes. Indícios da barganha que ocorre no interior dessas organizações na escolha dos diretores executivos. Ademais, a variável referente ao número de viagens presidenciais bilaterais por parte do presidente brasileiro também se mostra estatisticamente significativa e com sinal positivo, indicando que cada viagem do presidente brasileiro a um país aumenta as chances desse país receber ajuda externa brasileira.



Analisando o modelo 7, nota-se que os fatores mais importantes para o recebimento de ajuda externa do Brasil são os fatores regionais, em especial o fato de um país se localizar na América Central. A variável “*cplp*” referente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, também se mostrou estatisticamente significativa e com sinal positivo, indicando que o fato de um país pertencer à CPLP também aumenta a chance desse país receber ajuda externa do Brasil. De modo geral, o modelo consegue explicar 63% da variação da variável referente à ajuda externa brasileira.

## **Conclusão**

Essa pesquisa buscou explicar porque os países que fazem parte da coalizão brasileira no FMI e Banco Mundial somam seus votos na escolha de um brasileiro para representar seus interesses nessas organizações. Partindo da literatura que analisa como os países utilizam ajuda externa para perseguir seus objetivos no plano internacional, essa pesquisa testou a hipótese de que os países mais pobres trocariam seu apoio em instituições financeiras internacionais por benefícios econômicos. Para tanto, foi analisado de forma quantitativa o papel da ajuda externa brasileira na formação da coalizão liderada pelo Brasil dentro dos Diretórios Executivos do FMI do Banco Mundial.

Primeiramente, foi analisado se os países que participam do bloco brasileiro dentro das dessas organizações recebem, em média, mais ajuda externa do Brasil do que os países que não participam. Em seguida, para testar a hipótese de que a participação na coalizão brasileira é um dos determinantes para o recebimento de ajuda externa brasileira, foram realizadas regressões lineares utilizando o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (*Ordinary Least Squares*) para a variável dependente relativa à ajuda externa brasileira.

Para a operacionalização da variável dependente, foi utilizado o logaritmo natural do valor total de ajuda externa brasileira concedido para cada país da amostra. Foram realizados modelos dos mais simples aos mais complexos, no intuito de evitar regressões espúrias, controlando para diversos fatores que poderiam estar influenciando na relação entre as duas variáveis de interesse. Assim, foram utilizadas, para controle, variáveis provenientes da literatura internacional sobre determinantes de ajuda externa e

das diretrizes da política externa brasileira para o fornecimento de ajuda como: nível de renda per capita, número de viagens do presidente brasileiro para o país, o fato de um país pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e variáveis regionais para África, América Central e América do sul.

Os resultados encontrados confirmam a hipótese de que haveria uma correlação positiva entre as duas variáveis de interesse. Foi mostrado que o fato de um país apoiar o Brasil nas instituições financeiras internacionais aumentaria as chances de esse país receber ajuda externa brasileira. Esses resultados evidenciam aspectos importantes da governança econômica global, na medida em que expõe a “barganha” que ocorreria nessas instituições para que os países possam ter mais voz dentro dessas organizações. Tais resultados sustentam a hipótese de que países mais pobres trocariam seu apoio político nas instituições financeiras internacionais por benefícios econômicos. A questão da falta de legitimidade dessas organizações é levantada na medida em que se evidencia como os países utilizam de seus recursos econômicos para ganho político na governança dessas instituições.

No entanto, é importante salientar que o Brasil só passou a fornecer ajuda externa de forma sistemática a partir do governo do presidente Lula, em especial a partir de 2004, e a maioria dos países que compõe a coalizão brasileira nessas instituições participa da mesma há várias décadas. Portanto, embora tenha se comprovado que esses países são recompensados por apoiarem o Brasil nessas organizações, não foi possível determinar o porquê do apoio ao Brasil em momentos anteriores. Assim, em uma agenda futura de pesquisa, seria necessária a realização de entrevistas com funcionários que tenham servido nessas instituições no intuito de elencar os motivos iniciais para a formação do bloco brasileiro.

## Referências

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Disponível em <http://www.abc.gov.br/>  
Acesso em 10/02/2014.

ALESINA, A. e DOLLAR, D. Who gives aid to whom and why? **Journal of Economic Growth**, 5, 1: 33-63, 2000.

BARNETT, M. e FINNEMORE, M. **Rules of the World: international organizations in global politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BERMEO, S. B. **Foreign Aid, Foreign Policy, and Strategic Development**. Dissertation. Princeton University, 2008.

BOONE, P. Politics and the effectiveness of foreign aid, **European Economic Review** 40, 2: 29-329, 1996.

BROZ, J. L. e HAWES, M. B. US Domestic Politics and International Monetary Fund Policy, in: Darren Hawkins, David A. Lake, Daniel Nielson, and Michael J. Tierney (eds.), **Delegation and Agency in International Organizations**, Cambridge University Press: p. 77-106. 2006.

BUENO DE MESQUITA, B. e SMITH, A. Foreign Aid and Policy Concessions, **Journal of Conflict Resolution** 51 (2):251-284, 2007.

CERVO, A.L. Socializando o Desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil in **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 37 (1), 1994.

CHWIEROTH, J. **“The silent revolution:” How the staff exercises informal governance over IMF lending**. In International Organization, 2013.

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. e EGBERG-PEDERSEN, P. – **Aid: Understanding International Development Cooperation**, New York, Zed Books, 2004.

FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. In **International Organization**, 1996.

GUIMARÃES, F. S. **A Autonomia Burocrática das Organizações Financeiras Internacionais: um estudo comparado entre FMI e Banco Mundial**, 2010.

HAWKINS, D. *et al.* Delegation under Anarchy: states, international organizations, and principal agent theory. In Hawkins *et al.* **Delegation and Agency in International Organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HIRST, M. **Brazil's renewed responsibilities in cooperation for development and international security**. CENTER ON INTERNATIONAL COOPERATION, New York. 2011.

HIRST, M.; LIMA, M. R. S.; PINHEIRO, L. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*. Buenos Aires, p. 22-41, dez. 2010.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em <<http://www.imf.org/>> Acesso em 04/04/2013.

LIMA, M.R.S. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul, in **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48 (1), Brasília, 2005.

LIMA, M. R. S.; HIRST, M. Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities. **International Affairs**, v. 82, n. 1, p. 21-40, 2006

MELLO e SOUZA, A. **A cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China**. 2012.

MELLO e SOUZA, A. “A Cooperação para o Desenvolvimento Sul-Sul: os casos do Brasil, da Índia e da China”. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 1, jan/mar 2010. Brasília: IPEA, 2010.

MENON, B.P. – **Bridges Across the South: Technical Cooperation Among Developing Countries**, New York, Pergamon Press, 1980.

MILANI, C. **South-South Cooperation and Foreign Policy Agendas: designing a comparative framework**. Artigo apresentado na IPSA, 2012.

MILANI, C. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos internacionais**, v. 1 n. 1 jan-jun, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/> Acesso em 03/06/2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/>> Acesso em 02/06/2014.

MOMANI, B. **Getting a Seat at the IMF Executive Board Table**. Paper presented to the ISA Annual Conference, San Francisco. 2008.

MOUNTFORD, A. **The Formal Governance Structure of the International Monetary Fund**. Independent Evaluation Office of the IMF, 2008.

OLIVEIRA, A. J. S. N.; ONUKI, J. South-South Cooperation and Brazilian Foreign Policy. **Foreign Policy Research Center Journal**, v. 3, p. 80-99, 2012.

STONE, R. **Lending Credibility: The International Monetary Fund and the Post-Communist Transition**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

THACKER, S. The High Politics of IMF Lending, **World Politics**, 52 (1): 38-75, 1999.

VAN HOUTVEN L. Governance of the IMF, Decision Making, Institutional Oversight, Transparency, and Accountability, **Pamphlet Series**, n°53, August, IMF; Washington D.C. 2002.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação**, 2007.

VREELAND J. R. **The IMF and Economic Development**. Yale University, 2003.

VREELAND, J. R. **Governance at the International Monetary Fund**. Georgetown University. April 2009, pp. 1-8. 2009.

VREELAND, J. R. **Buying Bretton Woods**. Georgetown University. June 2010.

WOODS, N. **From intervention to cooperation: reforming the IMF and the World Bank**. Progressive Governance Loondon, 2008.

WOODS, N. e LOMBARDI, D. Effective Representation and the role of coalitions within the IMF. **GEG Working Paper**, 2005.

WOODS, N. **The Globalizers: the IMF, the World Bank and their borrowers**. Cornell University Press: Ithaca, 2006.

WORLD BANK GROUP. Disponível em <<http://www.worldbank.org>> Acesso em 05/06/2013.

## **Apêndices.**

### **A. Variáveis utilizadas nessa pesquisa**

**Abertura:** variável utilizada para mensurar o nível de abertura comercial de um país. Codificada como a porcentagem que o comércio ocupa no PIB de cada país (*World Development Indicators*).

**Africa:** variável regional dicotômica para os países do continente africano.

**Ajuda:** variável relativa aos valores totais de ajuda externa concedida pelo Brasil para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010. Retirada do banco de dados *AidData 3.0*, projeto surgido da fusão entre os bancos *Project-Level Aid (PLAID)* e *Accessible Information on Development Activities (AiDA)*.

**Ajudadic:** variável dicotômica indicando se determinado país recebeu ajuda externa brasileira em um determinado ano (*AidData* 3.0).

**Amcentral:** variável regional dicotômica para os países da América Central.

**Annorte:** variável regional dicotômica para os países da América do Norte.

**Amsul:** variável regional dicotômica para os países da América do Sul.

**Asia:** variável regional dicotômica para os países asiáticos.

**Comercio:** variável referente à soma do total de importações e exportações brasileiras em dólares para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 (*Aliceweb*).

**CPLP:** variável dicotômica indicando se um país faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ([www.cplp.org](http://www.cplp.org)).

**Europa:** variável regional dicotômica para os países europeus.

**Expdollar:** variável referente ao total de exportações brasileiras em dólares para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 (*Aliceweb*).

**IED:** variável relativa ao volume de investimento estrangeiro direto em um determinado país (*World Development Indicators*).

**Impdollar:** variável referente ao total de importações brasileiras em dólares para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 (*Aliceweb*).

**Ln\_ajuda:** variável relativa ao logaritmo natural dos valores totais de ajuda externa concedida pelo Brasil entre os anos de 1998 e 2010 (*AidData* 3.0).

**Ln\_percapita:** variável utilizada para mensurar o nível de desenvolvimento de um país. Codificada como o log da média do PIB per capita de um país em dólares entre os anos de 1998 e 2010 (valores constantes U\$2005) (*World Development Indicators*).

**Ln\_pop:** variável referente ao log da média da população de cada país entre os anos de 1998 e 2010 (*World Development Indicators*).

**Oceania:** variável regional dicotômica para os países da Oceania.

**Part:** variável dicotômica correspondente à participação de determinado país no bloco brasileiro nos diretórios executivos do FMI e Banco Mundial em determinado ano. Codificada com base nos dados fornecidos no site das instituições ([www.imf.org](http://www.imf.org) / [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)).

**percapita:** variável utilizada para mensurar o nível de desenvolvimento de um país. Operacionalizada como a média do PIB per capita de cada país entre os anos de 1998 e 2010 em dólares (valores constantes U\$2005) (*World Development Indicators*).

**Viagem:** variável relativa ao número de viagens presidências brasileiras para cada país da amostra entre os anos de 1998 e 2010 ([www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br))

## **B. Evolução histórica da coalizão brasileira no FMI e Banco Mundial**

### **FMI**

1946 - 1948: Bolívia, Chile, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai

1950 - 1952: Bolívia, Chile, República Dominicana, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai

1954: Bolívia, Chile, República Dominicana, Equador, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai

1956: Bolívia, Chile, República Dominicana, Equador, Haiti, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai

1958 - 1970: Colômbia, República Dominicana, Haiti, Panamá, Peru

1972 - 1976: Colômbia, República Dominicana, Guiana, Haiti, Panamá, Peru

1978: Colômbia, República Dominicana, Guiana, Haiti, Panamá, Peru, Trinidad e Tobago

1980: Colômbia, República Dominicana, Guiana, Haiti, Panamá, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago

1982 - 2012: Colômbia, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Panamá, Suriname, Trinidad e Tobago  
2014: Cabo Verde, República Dominicana, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, Suriname, Timor Leste e Trinidad e Tobago

### **Banco Mundial**

1947 - 1948: Chile, Filipinas, Bolívia, Costa Rica, Guatemala, Paraguai, Panamá  
1954 - 1955: Chile, Colômbia, Filipinas, Bolívia, Equador, Haiti, Paraguai  
1955 - 1956: Chile, Colômbia, Filipinas, Bolívia, Equador, Haiti, Paraguai  
1956 - 1960: Colômbia, Filipinas, República Dominicana, Equador, Haiti  
1960 - 1962: Colômbia, Filipinas, Equador, Haiti  
1962 - 1963: Colômbia, Filipinas, Equador, República Dominicana  
1974 - 1980: Colômbia, Filipinas, República Dominicana, Equador  
1976 - 1980: Colômbia, Filipinas, República Dominicana, Equador  
1982 - 1988: Colômbia, Filipinas, República Dominicana, Equador, Haiti  
1990 - 2014: Colômbia, Filipinas, República Dominicana, Equador, Haiti, Trinidad e Tobago, Suriname, Panamá

### **C. Diretores Executivos brasileiros no FMI**

1951 – 1960 – Octávio Paranaguá  
1961 - 1966 - Maurício Chagas Bicalho  
1967 - 1998 - Alexandre Kafka  
1998 - 2005 - Murilo Portugal  
2006- Paulo Nogueira Batista

### **D. Modelos utilizando controles adicionais (banco no formato *cross sectional*)**



## 1. Ordinary Least Squares - 1998-2010 (cross sectional)

|              | m                  | m1                 | m2                 | m3                | m4                | m5                | m6                 | m7                 |
|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|              | b/se               | b/se               | b/se               | b/se              | b/se              | b/se              | b/se               | b/se               |
| part         | 6.89***<br>(1.97)  | 6.93***<br>(1.96)  | 5.33***<br>(1.59)  | 5.07**<br>(1.57)  | 4.86**<br>(1.57)  | 4.86**<br>(1.57)  | 3.62*<br>(1.59)    | 2.57<br>(1.59)     |
| ln_percapita | -1.56***<br>(0.24) | -1.53***<br>(0.24) | -0.76***<br>(0.22) | -0.54*<br>(0.23)  | -0.54*<br>(0.23)  | -0.54*<br>(0.24)  | -0.60*<br>(0.23)   | -0.46*<br>(0.23)   |
| cplp         | 5.69**<br>(1.99)   | 5.72**<br>(1.98)   | 4.43**<br>(1.55)   | 4.37**<br>(1.54)  | 4.32**<br>(1.53)  | 4.32**<br>(1.53)  | 5.06**<br>(1.52)   | 5.51***<br>(1.49)  |
| viagem       | 0.49***<br>(0.12)  | 0.50***<br>(0.12)  | 0.64***<br>(0.09)  | 0.64***<br>(0.09) | 0.61***<br>(0.09) | 0.61***<br>(0.09) | 0.42***<br>(0.11)  | 0.26*<br>(0.12)    |
| comerciodo~r | -0.00<br>(0.00)    |                    |                    |                   |                   |                   |                    |                    |
| impdollar    |                    | -0.00<br>(0.00)    | -0.00**<br>(0.00)  | -0.00**<br>(0.00) | -0.00**<br>(0.00) | -0.00**<br>(0.00) | -0.00**<br>(0.00)  | -0.00**<br>(0.00)  |
| expdollar    |                    | 0.00<br>(0.00)     | 0.00<br>(0.00)     | 0.00<br>(0.00)    | 0.00<br>(0.00)    | 0.00<br>(0.00)    | 0.00*<br>(0.00)    | 0.00*<br>(0.00)    |
| africa       |                    |                    | 6.97***<br>(0.84)  | 6.56***<br>(0.85) | 6.09***<br>(0.89) | 6.09***<br>(0.89) | 1.92<br>(1.62)     | 7.88**<br>(2.47)   |
| amcentral    |                    |                    | 9.03***<br>(1.01)  | 8.28***<br>(1.04) | 7.86***<br>(1.07) | 7.85***<br>(1.08) | 4.18**<br>(1.60)   | 10.18***<br>(2.47) |
| europa       |                    |                    |                    | -1.97*<br>(0.84)  | -2.41**<br>(0.87) | -2.41**<br>(0.89) | -6.10***<br>(1.49) | -0.30<br>(2.36)    |
| oceania      |                    |                    |                    |                   | -2.25<br>(1.29)   | -2.25<br>(1.30)   | -6.41***<br>(1.87) | -0.73<br>(2.57)    |
| amnorte      |                    |                    |                    |                   |                   | -0.03<br>(2.40)   | -3.29<br>(2.58)    | 2.81<br>(3.19)     |
| asia         |                    |                    |                    |                   |                   |                   | -4.85**<br>(1.59)  | 0.96<br>(2.42)     |
| amsul        |                    |                    |                    |                   |                   |                   |                    | 9.27**<br>(2.96)   |
| Intercept    | 16.75***<br>(1.97) | 16.50***<br>(1.97) | 7.16***<br>(1.93)  | 6.16**<br>(1.95)  | 6.65***<br>(1.96) | 6.65***<br>(1.98) | 11.26***<br>(2.46) | 4.41<br>(3.25)     |
| r2           | 0.30               | 0.31               | 0.59               | 0.60              | 0.61              | 0.61              | 0.63               | 0.65               |
| N            | 198.00             | 196.00             | 196.00             | 196.00            | 196.00            | 196.00            | 196.00             | 196.00             |

## 2. Ordinary Least Squares - 2003-2010 (cross sectional)

|              | m                 | m1                | m2                | m3                | m4                |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | b/se              | b/se              | b/se              | b/se              | b/se              |
| part         | 3.36*<br>(1.62)   | 3.38*<br>(1.61)   | 3.25*<br>(1.61)   | 3.24*<br>(1.62)   | 3.24*<br>(1.62)   |
| ln_percapita | -0.60**<br>(0.21) | -0.49*<br>(0.22)  | -0.50*<br>(0.22)  | -0.51*<br>(0.23)  | -0.48*<br>(0.23)  |
| cplp         | 5.50***<br>(1.47) | 5.44***<br>(1.47) | 5.36***<br>(1.47) | 5.37***<br>(1.47) | 5.35***<br>(1.48) |
| viagem       | 0.79***<br>(0.22) | 0.80***<br>(0.22) | 0.77***<br>(0.22) | 0.76***<br>(0.22) | 0.76***<br>(0.22) |
| africa       | 7.04***<br>(0.80) | 6.79***<br>(0.82) | 6.38***<br>(0.86) | 6.39***<br>(0.87) | 7.65**<br>(2.49)  |
| amcentral    | 9.36***<br>(0.98) | 8.90***<br>(1.04) | 8.52***<br>(1.06) | 8.55***<br>(1.08) | 9.76***<br>(2.49) |
| amsul        | 6.91***<br>(1.79) | 6.45***<br>(1.82) | 6.24***<br>(1.82) | 6.29***<br>(1.86) | 7.52*<br>(2.95)   |
| europa       |                   | -1.08<br>(0.81)   | -1.48<br>(0.85)   | -1.44<br>(0.88)   | -0.26<br>(2.37)   |
| oceania      |                   |                   | -1.95<br>(1.24)   | -1.93<br>(1.25)   | -0.72<br>(2.59)   |
| amnorte      |                   |                   |                   | 0.29<br>(2.15)    | 1.46<br>(3.06)    |
| asia         |                   |                   |                   |                   | 1.31<br>(2.43)    |
| Intercept    | 5.99**<br>(1.85)  | 5.52**<br>(1.88)  | 6.00**<br>(1.90)  | 6.03**<br>(1.92)  | 4.60<br>(3.27)    |
| r2           | 0.63              | 0.63              | 0.64              | 0.64              | 0.64              |
| N            | 198.00            | 198.00            | 198.00            | 198.00            | 198.00            |

## E. Modelos alternativos para o banco no formato *Cross Sectional Time Series* (CSTS)

### 1. *Ordinary Least Squares* (CSTS) 1998-2010

|              | m                 | m1                 | m2                 | m3                | m4                | m5                |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | b/se              | b/se               | b/se               | b/se              | b/se              | b/se              |
| L.ln_ajuda   | 0.77***<br>(0.02) | 0.75***<br>(0.02)  | 0.71***<br>(0.02)  | 0.71***<br>(0.02) | 0.70***<br>(0.02) | 0.67***<br>(0.02) |
| part         | 0.80**<br>(0.28)  | 0.76**<br>(0.28)   | 0.90**<br>(0.28)   | 1.06***<br>(0.28) | 0.72*<br>(0.29)   | 0.01<br>(0.31)    |
| ln_percapita |                   | -0.14***<br>(0.03) | -0.12***<br>(0.03) | -0.05<br>(0.04)   | -0.05<br>(0.04)   | -0.03<br>(0.04)   |
| cplp         |                   |                    | 1.96***<br>(0.32)  | 1.83***<br>(0.32) | 1.93***<br>(0.32) | 2.08***<br>(0.32) |
| africa       |                   |                    |                    | 0.50**<br>(0.15)  | 0.62***<br>(0.15) | 0.81***<br>(0.15) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                   | 1.01***<br>(0.19) | 1.31***<br>(0.19) |
| amsul        |                   |                    |                    |                   |                   | 1.78***<br>(0.27) |
| Intercept    | 0.49***<br>(0.06) | 1.66***<br>(0.29)  | 1.45***<br>(0.29)  | 0.76*<br>(0.36)   | 0.65<br>(0.35)    | 0.34<br>(0.35)    |
| r2           | 0.38              | 0.38               | 0.39               | 0.39              | 0.40              | 0.41              |
| N            | 2520.00           | 2313.00            | 2313.00            | 2313.00           | 2313.00           | 2313.00           |

## 2. Feasible Generalized Least Squares (CSTS) 1998-2010

|              | f                 | f1                 | f2                 | f3                | f4                | f5                |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | b/se              | b/se               | b/se               | b/se              | b/se              | b/se              |
| L.ln_ajuda   | 0.77***<br>(0.02) | 0.75***<br>(0.02)  | 0.71***<br>(0.02)  | 0.71***<br>(0.02) | 0.70***<br>(0.02) | 0.67***<br>(0.02) |
| part         | 0.80**<br>(0.28)  | 0.76**<br>(0.28)   | 0.90**<br>(0.28)   | 1.06***<br>(0.28) | 0.72*<br>(0.29)   | 0.01<br>(0.31)    |
| ln_percapita |                   | -0.14***<br>(0.03) | -0.12***<br>(0.03) | -0.05<br>(0.04)   | -0.05<br>(0.04)   | -0.03<br>(0.04)   |
| cplp         |                   |                    | 1.96***<br>(0.32)  | 1.83***<br>(0.32) | 1.93***<br>(0.32) | 2.08***<br>(0.32) |
| africa       |                   |                    |                    | 0.50**<br>(0.15)  | 0.62***<br>(0.15) | 0.81***<br>(0.15) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                   | 1.01***<br>(0.19) | 1.31***<br>(0.19) |
| amsul        |                   |                    |                    |                   |                   | 1.78***<br>(0.27) |
| Intercept    | 0.49***<br>(0.06) | 1.66***<br>(0.29)  | 1.45***<br>(0.29)  | 0.76*<br>(0.36)   | 0.65<br>(0.35)    | 0.34<br>(0.35)    |
| r2           | 0.38              | 0.38               | 0.39               | 0.39              | 0.40              | 0.41              |
| N            | 2520.00           | 2313.00            | 2313.00            | 2313.00           | 2313.00           | 2313.00           |

## 3. Panel-Corrected Standard Errors (CSTS) 1998-2010

|              | p<br>b/se         | p1<br>b/se         | p2<br>b/se         | p3<br>b/se         | p4<br>b/se         | p5<br>b/se        |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| L.ln_ajuda   | 0.77***<br>(0.11) | 0.75***<br>(0.10)  | 0.71***<br>(0.08)  | 0.71***<br>(0.08)  | 0.70***<br>(0.07)  | 0.67***<br>(0.07) |
| part         | 0.80*<br>(0.37)   | 0.76***<br>(0.14)  | 0.90***<br>(0.20)  | 1.06***<br>(0.20)  | 0.72**<br>(0.24)   | 0.01<br>(0.36)    |
| ln_percapita |                   | -0.14***<br>(0.01) | -0.12***<br>(0.02) | -0.05***<br>(0.01) | -0.05***<br>(0.01) | -0.03**<br>(0.01) |
| cplp         |                   |                    | 1.96<br>(1.20)     | 1.83<br>(1.20)     | 1.93<br>(1.19)     | 2.08<br>(1.18)    |
| africa       |                   |                    |                    | 0.50***<br>(0.02)  | 0.62***<br>(0.04)  | 0.81***<br>(0.07) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                    | 1.01***<br>(0.21)  | 1.31***<br>(0.27) |
| amsul        |                   |                    |                    |                    |                    | 1.78***<br>(0.40) |
| Intercept    | 0.49*<br>(0.24)   | 1.66***<br>(0.17)  | 1.45***<br>(0.24)  | 0.76**<br>(0.23)   | 0.65**<br>(0.21)   | 0.34*<br>(0.15)   |
| r2           | 0.38              | 0.38               | 0.39               | 0.39               | 0.40               | 0.41              |
| N            | 2520.00           | 2313.00            | 2313.00            | 2313.00            | 2313.00            | 2313.00           |

#### 4. Ordinary Least Squares (CSTS) – 2003-2010

|              | m<br>b/se         | m1<br>b/se         | m2<br>b/se         | m3<br>b/se        | m4<br>b/se        | m5<br>b/se        |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| L.ln_ajuda   | 0.74***<br>(0.03) | 0.71***<br>(0.03)  | 0.63***<br>(0.03)  | 0.63***<br>(0.03) | 0.60***<br>(0.03) | 0.53***<br>(0.03) |
| part         | 1.52**<br>(0.47)  | 1.48**<br>(0.48)   | 1.84***<br>(0.47)  | 2.10***<br>(0.48) | 1.49**<br>(0.48)  | 0.10<br>(0.50)    |
| ln_percapita |                   | -0.28***<br>(0.06) | -0.25***<br>(0.06) | -0.14*<br>(0.07)  | -0.14*<br>(0.07)  | -0.10<br>(0.06)   |
| cplp         |                   |                    | 3.73***<br>(0.54)  | 3.52***<br>(0.54) | 3.79***<br>(0.54) | 4.30***<br>(0.53) |
| africa       |                   |                    |                    | 0.80**<br>(0.25)  | 1.06***<br>(0.25) | 1.45***<br>(0.25) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                   | 1.89***<br>(0.31) | 2.57***<br>(0.32) |
| amsul        |                   |                    |                    |                   |                   | 3.64***<br>(0.45) |
| Intercept    | 0.88***<br>(0.09) | 3.22***<br>(0.49)  | 2.93***<br>(0.48)  | 1.79**<br>(0.60)  | 1.60**<br>(0.59)  | 1.03<br>(0.58)    |
| r2           | 0.36              | 0.36               | 0.39               | 0.39              | 0.41              | 0.44              |
| N            | 1470.00           | 1343.00            | 1343.00            | 1343.00           | 1343.00           | 1343.00           |

#### 5. Feasible Generalized Least Squares (CSTS) – 2003-2010

|              | f                 | f1                 | f2                 | f3                | f4                | f5                |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | b/se              | b/se               | b/se               | b/se              | b/se              | b/se              |
| L.ln_ajuda   | 0.74***<br>(0.03) | 0.71***<br>(0.03)  | 0.63***<br>(0.03)  | 0.63***<br>(0.03) | 0.60***<br>(0.03) | 0.53***<br>(0.03) |
| part         | 1.52**<br>(0.47)  | 1.48**<br>(0.48)   | 1.84***<br>(0.47)  | 2.10***<br>(0.48) | 1.49**<br>(0.48)  | 0.10<br>(0.50)    |
| ln_percapita |                   | -0.28***<br>(0.06) | -0.25***<br>(0.06) | -0.14*<br>(0.07)  | -0.14*<br>(0.07)  | -0.10<br>(0.06)   |
| cplp         |                   |                    | 3.73***<br>(0.54)  | 3.52***<br>(0.54) | 3.79***<br>(0.53) | 4.30***<br>(0.53) |
| africa       |                   |                    |                    | 0.80**<br>(0.25)  | 1.06***<br>(0.25) | 1.45***<br>(0.25) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                   | 1.89***<br>(0.31) | 2.57***<br>(0.32) |
| amsul        |                   |                    |                    |                   |                   | 3.64***<br>(0.45) |
| Intercept    | 0.88***<br>(0.09) | 3.22***<br>(0.49)  | 2.93***<br>(0.48)  | 1.79**<br>(0.60)  | 1.60**<br>(0.59)  | 1.03<br>(0.58)    |
| r2           |                   |                    |                    |                   |                   |                   |
| N            | 1470.00           | 1343.00            | 1343.00            | 1343.00           | 1343.00           | 1343.00           |

## 6. Panel-Corrected Standard Errors (CSTS) – 2003-2010

|              | p                 | p1                 | p2                 | p3                | p4                | p5                |
|--------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
|              | b/se              | b/se               | b/se               | b/se              | b/se              | b/se              |
| L.ln_ajuda   | 0.74***<br>(0.15) | 0.71***<br>(0.10)  | 0.63***<br>(0.07)  | 0.63***<br>(0.07) | 0.60***<br>(0.07) | 0.53***<br>(0.08) |
| part         | 1.52*<br>(0.64)   | 1.48***<br>(0.29)  | 1.84***<br>(0.23)  | 2.10***<br>(0.25) | 1.49***<br>(0.14) | 0.10<br>(0.45)    |
| ln_percapita |                   | -0.28***<br>(0.07) | -0.25***<br>(0.07) | -0.14*<br>(0.06)  | -0.14*<br>(0.06)  | -0.10*<br>(0.05)  |
| cplp         |                   |                    | 3.73***<br>(0.94)  | 3.52***<br>(0.97) | 3.79***<br>(0.93) | 4.30***<br>(0.87) |
| africa       |                   |                    |                    | 0.80***<br>(0.11) | 1.06***<br>(0.19) | 1.45***<br>(0.33) |
| amcentral    |                   |                    |                    |                   | 1.89**<br>(0.64)  | 2.57**<br>(0.89)  |
| amsul        |                   |                    |                    |                   |                   | 3.64**<br>(1.32)  |
| Intercept    | 0.88*<br>(0.37)   | 3.22***<br>(0.87)  | 2.93**<br>(0.92)   | 1.79*<br>(0.76)   | 1.60*<br>(0.70)   | 1.03*<br>(0.51)   |
| r2           | 0.36              | 0.36               | 0.39               | 0.39              | 0.41              | 0.44              |
| N            | 1470.00           | 1343.00            | 1343.00            | 1343.00           | 1343.00           | 1343.00           |